ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA EM OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU:
RUMO À INSTITUCIONALIZAÇÃO?

2014

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA EM OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU: RUMO À INSTITUICIONALIZAÇÃO?

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais.

2014

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA EM OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU:
RUMO À INSTITUCIONALIZAÇÃO?

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de __________ de 2014.

RESUMO

A pergunta de pesquisa desta monografia é: como se deu o processo de desenvolvimento e institucionalização da atividade de inteligência em operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU)? A atividade de inteligência, embora tenha caráter tradicionalmente estatal, é importante para o funcionamento das operações de paz da ONU, ao fornecer suporte às decisões e ações em todos os níveis da cadeia de comando. A hipótese de trabalho é de que a atividade de inteligência nas operações de paz da ONU desenvolveu-se e institucionalizou-se a partir de uma alteração de abordagem da Organização no início do século XXI, em virtude tanto da necessidade de aumentar a segurança do pessoal em campo e incrementar o conhecimento da situação, quanto das falhas ocorridas na década de 1990, que foram causadas em parte pela falta de legitimidade ou pela deficiência das informações. Para verificar a hipótese de trabalho, realiza-se o estudo de sete missões de paz em particular (a ONUC, a UNOSOM I e II, a UNAMIR, a UNPROFOR, a MINUSTAH, a UNMIS e a MONUSCO), analisadas a partir dos níveis estratégico (estruturas de inteligência no Secretariado da ONU), operacional e tático (estruturas de inteligência em campo) da atividade de inteligência. Para tanto, além da revisão de dados secundários e da literatura especializada, procede-se à análise de dados primários, relatórios e documentos da ONU, bem como de entrevistas realizadas com militares e civis que estiveram em campo ou que são entendidos do assunto. Nas considerações finais, apontam-se os limites no desenvolvimento da atividade de inteligência, por se tratar de uma organização internacional, bem como a necessidade de aprimoramento na atividade, caso a ONU continue a determinar mandatos robustos.

Palavras-chave: Atividade de inteligência. Operações de paz. ONU. Segurança Internacional.

ABSTRACT

The research question of this paper is: how did the development and institutionalization process of intelligence in UN peacekeeping operations take place? Although intelligence is traditionally a state activity, it is important for the functioning of UN peacekeeping operations, once it provides support to decision-making at all levels of the chain of command. The working hypothesis is that intelligence activity developed and institutionalized after a change in UN approach, at the beginning of the 21st Century, to the use of intelligence in peacekeeping operations, considering both the need to increase personnel's safety in the field and situational awareness, as well as the failures from 1990s, which are assumed to have been caused either by the lack of legitimacy or by deficit of information. To verify the working hypothesis, we studied seven peacekeeping operations (ONUC, UNOSOM I and II, UNAMIR, UNPROFOR, MINUSTAH, UNMIS, and MONUSCO), analyzed through the strategic (intelligence structures in the UN Secretariat), operational and tactical (intelligence structures in the field) levels of the intelligence activity. For that, besides the review of secondary data and of specialized literature, we proceed to the review of primary data, UN reports and documents, as well as interviews with military and civilians that were in the field or are experts in the subject. The final considerations point out the limits of the development of intelligence activity within the UN and the need to improve this kind of activity in case the UN keeps defining robust mandates.

Keywords: Intelligence activity. Peacekeeping operations. UN. International Security.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas
CCOPAB – Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CNL – Conselho Nacional de Libertação
CPA – Amplo Acordo de Paz
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
DESA – *Department of Economic and Social Affairs*
DOMREP – Missão de Representante Especial do SGNU na República Dominicana
DPA – *Department of Political Affairs*
DPKO – Departamento de Operações de Manutenção da Paz
DSF – Departamento de Suporte
ECPS – *Executive Committee on Peace and Security*
EISAS – *Information and Strategy Analysis Secretariat*
END – Estratégia Nacional de Defesa
EUA – Estados Unidos da América
EWC – *Early Warning Centres*
FPR – Frente Patriótica Ruandesa
G2 – Inteligência Militar
HEWS – Sistema de Alerta Humanitário Antecipado
HUMINT – Inteligência de Fontes Humanas
I&R Unit – *Information and Research Unit*
ICGLR – Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos
IMINT – Inteligência de Imagens
ISE – *Intelligence Support Element*
ISUM – Resumo de Informações
JDISS – Sistema de Suporte de Inteligência Destacável Conjunta
JIFC – *Joint Intelligence Fusion Centre*
JMAC – *Joint Mission Analysis Centre*

JOC – *Joint Operations Centre*

MIB – *Military Information Branch*

MINUGUA – Missão de Verificação das Nações Unidas na Guatemala

MINURCA – Missão das Nações Unidas para a República Centro-Africana

MINURCAT – Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e no Chade

MINURSO – Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental

MINUSCA – Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana

MINUSMA – Missão das Nações Unidas de Estabilização Multidimensional Integrada no Mali

MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti

MIO – *Multinational Information Office*

MIPONUH – Missão Policial das Nações Unidas no Haiti

MONUA – Missão de Observação das Nações Unidas em Angola

MONUC – Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo

MONUSCO – Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo

MPS – Serviço de Planejamento Militar

OAU – *Organization of African Unity*

OCHA – *Office for Coordination of Humanitarian Affairs*

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

ONUB – Operação das Nações Unidas em Burundi

ONUC – Operação das Nações Unidas no Congo

ONUCA – Grupo de Observação das Nações Unidas na América Central

ONUMOZ – Missão das Nações Unidas para Moçambique

ONUSAL – Missão de Observação das Nações Unidas em El Salvador

ORCI – *Office for Research and the Collection of Information*

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PERINFOREP– Relatório Periódicos de Informações

PKO – *Peacekeeping Operations*

RDC – República Democrática do Congo

RLU – *Research and Liaison Unit*

SGNU – Secretário Geral das Nações Unidas

SIGINT – Inteligência de Sinais

SITCEN – *Situation Centre*

SITREP – Relatório de Situação

SRSG – Representante Especial do Secretário Geral

SUPINFOREP– Relatório de Informações Suplementares

UNAMIC – Missão Avançada das Nações Unidas para o Camboja

UNAMID – Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur

UNAMIR – Missão de Assistência das Nações Unidas em Ruanda

UNAMSIL – Missão das Nações Unidas na Serra Leoa

UNASOG – Grupo de Observação das Nações Unidas na Faixa de Aouzou

UNAVEM I – Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola

UNAVEM II – Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola II

UNAVEM III – Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola III

UNCPSG – Grupo de Suporte de Policia Civil das Nações Unidas

UNCRO – Operação de Restauração da Confiança das Nações Unidas na Croácia

UNDOF – Força das Nações Unidas de Observação do Desengajamento

UNEF I – Força de Emergência das Nações Unidas I

UNEF II – Força de Emergência das Nações Unidas II

UNFICYP – Força das Nações Unidas para a Manutenção da Paz no Chipre

UNGOMAP – Missão de Bons Ofícios das Nações Unidas no Afeganistão e no Paquistão

UNHCR – *Research and Analysis Unit in the United Nations High Commission for Refugees*

UNIDIR – *United Nations Institute of Disarmament Research*

UNIFIL – Força Interina das Nações Unidas no Líbano

UNIIMOG – Missão do Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas para o Irã/Iraque

UNIKOM – Missão de Observação das Nações Unidas Iraque-Kuwait

UNIKOM – Missão de Observação das Nações Unidas Iraque-Kuwait

UNIPOM – Missão de Observação das Nações Unidas para a Índia e o Paquistão

UNISFA – Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei

UNITAF – *Unified Task Force*

UNMEE – Missão das Nações Unidas na Etiópia e Eritreia
UNMIBH – Missão das Nações Unidas na Bósnia-Herzegovina
UNMIH – Missão das Nações Unidas no Haiti
UNMIK – Missão das Nações Unidas para a Administração Interina no Kosovo
UNMIL – Missão das Nações Unidas na Libéria
UNMIS – Missão das Nações Unidas no Sudão
UNMISET – Missão de Apoio das Nações Unidas no Timor Leste
UNMISS – Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul
UNMIT – Missão das Nações Unidas no Timor Leste
UNMOGIP – Grupo Observador Militar das Nações Unidas na Índia e no Paquistão
UNMOP – Missão de Observação das Nações Unidas na Península de Prevlaka
UNMOT – Missão de Observação das Nações Unidas no Tadjiquistão
UNOCI – Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim
UNOGIL – Grupo Observador Militar das Nações Unidas no Líbano
UNOMIG – Missão de Observação das Nações Unidas na Geórgia
UNOMIL – Missão de Observação das Nações Unidas na Libéria
UNOMSIL – Missão de Observação das Nações Unidas em Serra Leoa
UNOMUR – Missão de Observação das Nações Unidas Uganda-Ruanda
UNOSOM I – Operação das Nações Unidas na Somália I
UNOSOM II – Operação das Nações Unidas na Somália II
UNPREDEP – Força de Desdobramento Preventivo das Nações Unidas
UNPROFOR – Força de Proteção das Nações Unidas
UNSF – Força de Segurança das Nações Unidas na Nova Guiné Ocidental/Irian Ocidental
UNSMIH – Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti
UNSMIS – Missão de Supervisão das Nações Unidas na Síria
UNTAC – Autoridade Transitória das Nações Unidas no Camboja
UNTAES – Administração Transitória das Nações Unidas para a Eslavônia Oriental, Baranja e Sirmium Ocidental
UNTAET – Administração de Transição das Nações Unidas no Timor Leste
UNTAG – Grupo das Nações Unidas para Assistência à Transição
UNTMIH – Missão Transitória das Nações Unidas no Haiti

UNTSO – Missão das Nações Unidas para a Supervisão da Trégua

UNYOM – Missão de Observação das Nações Unidas no Iêmen

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USCENTCOM– *United States Central Command*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

A evolução das sociedades contemporâneas permitiu o surgimento de instituições intergovernamentais baseadas na cooperação internacional. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), imbuída da responsabilidade de manter a paz e a segurança mundial, de modo a evitar a conflagração de novos conflitos.[1] A ONU foi estabelecida por meio da Carta das Nações Unidas, assinala por 51 Estados em São Francisco, Estado Unidos, em 1945.[2] A Carta estabeleceu seis órgãos principais: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado.[3]

Destaca-se, para os fins do presente trabalho, o Conselho de Segurança (CSNU), por ser o órgão responsável por determinar as operações de manutenção da paz (*peacekeeping operations*, PKO). É o único órgão com poder deliberativo, formado por quinze membros, tendo dez membros rotatórios e cinco membros permanentes – Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e China – com direito a vetar unilateralmente as decisões tomadas em seu âmbito.[4] Em função desta prerrogativa, no quadro do desencadeamento da Guerra Fria, de 1945 a 1990, o CSNU foi marcado por certa paralisia, uma vez que o clima constante de disputa entre seus membros permanentes restringia sua atuação potencial. Contudo, a partir dos anos 1990, o CSNU pode, aos poucos, desempenhar melhor suas funções, a fim de manter a paz e a segurança internacionais. Um dos resultados foi um número crescente de resoluções determinando operações de manutenção da paz em zonas de conflito.[5]

As operações de manutenção da paz da ONU, que surgiram logo após a criação da organização, têm por objetivo ajudar países assolados por conflitos a criar condições para uma

---

[1] A ONU surgiu, em grade medida, baseada na Liga das Nações (1919-1946), primeira organização mundial visando à paz mundial. A Liga das Nações surgiu após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). No entanto, fracassou por diversos motivos. Para uma análise sobre a Liga das Nações, ver: GARCIA, Eugenio Vargas**. O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)**: vencer ou não perder. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

[2] Hodiernamente, a ONU conta com 193 Estados membros, mais a Santa Sé e a Palestina.

[3] A ONU expandiu sua estrutura, atualmente contando com, além das estruturas assinaladas na Carta, 15 agências e vários outros programas e organismos. O original Conselho de Tutela parou de operar em 1994, quando Palau, último território sob a tutela da ONU, tornou-se independente (UN, 2014a).

[4] Uma vez que a ONU foi criada no pós-Segunda Guerra Mundial, sua estrutura original é herdeira de tal contexto. Ao longo da Guerra Fria, porém, foi profundamente moldada pelo conflito existente entre EUA e URSS, que se iniciou após a vitória dos Aliados (EUA, URSS e Reino Unido).

[5] Enquanto que no período de 1948 a 1989 foram determinadas 18 missões, no período de 1991 a 2014 foram determinadas 51 (UN, 2014b).

paz duradoura (UN, 2014c). As operações de paz baseiam-se na gama de medidas que o CSNU pode adotar, sendo sua base legal respaldada pelos Capítulos VI, VII e VIII da Carta da ONU. Enquanto o Capítulo VI lida com a "Solução pacífica de controvérsias", o Capítulo VII contém provisões relacionadas com "Ações com respeito à paz, violações da paz e atos de agressão", ao passo que o Capítulo VIII fornece a base para o envolvimento de arranjos regionais e agências na manutenção de paz e segurança (UN, 1945). Assinala-se que, tradicionalmente, as operações de paz eram determinadas com base no Capítulo VI. Todavia, recentemente têm sido determinadas com base também no Capítulo VII, que prevê o uso da força.

As operações de paz são implementadas a partir de um mandato definido pelo CSNU e são dirigidas pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) e pelo Departamento de Suporte (DSF), subordinados ao Secretariado.[6] As missões devem ser guiadas pelos princípios de consentimento das partes envolvidas no conflito, imparcialidade e não uso da força, exceto em defesa própria, do pessoal da missão e do mandato. O orçamento e os recursos estão sujeitos à aprovação da Assembleia Geral (AGNU), órgão no qual participam todos os Estados membros da organização. Além disso, todos são convidados a participar com pessoal militar e policial, enquanto o *staff* civil é recrutado e estabelecido pelo Secretariado.[7]

É necessário fazer uma ressalva para diferenciar e relacionar os tipos de missões empregadas pela ONU para manter a paz e a segurança internacional. As modalidades de missões existentes são as seguintes:

a) prevenção de conflitos (*conflict prevention*): aplicação de medidas diplomáticas para evitar a escalada de tensões e disputas;
b) *peacemaking*: medidas para responder a conflitos em andamento, normalmente através de ação diplomática para levar as partes hostis à negociação de acordo;
c) operações de manutenção da paz (*peacekeeping*): medidas para preservar a paz e auxiliar a implementação de acordos;
d) *peace enforcement*: aplicação de uma gama de medidas coercitivas, incluindo o uso da força militar, para restaurar a paz (baseada no Capítulo VII);

---

[6] O Secretariado é o órgão administrativo da ONU. É composto por uma equipe internacional que trabalha em postos de serviço em todo mundo. Presta serviços a outros órgãos principais das Nações Unidas e administra os programas e políticas estabelecidas por eles. No seu topo está o Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU), que é nomeado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), sob recomendação do CSNU (UN, 2014d).

[7] Para mais informações sobre recursos financeiros e humanos, ver página online oficial da UN sobre *Peacekeeping Operations*. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/>. Acesso em: 08 jun. 2014.

e) *peacebuilding*: aplicação de uma gama de medidas para reduzir o risco de reincidência de conflitos, por meio do fortalecimento das capacidades nacionais do Estado em questão.

A despeito da classificação, as fronteiras entre essas modalidades têm-se tornado crescentemente nebulosas, sendo as operações de paz raramente limitadas a somente uma delas (UN, 2008). Dessa forma, se no passado as operações de manutenção da paz referiam-se estritamente a *peacekeeping*, hodiernamente englobam a gama de modalidades mencionadas.

É importante frisar que, para o efetivo cumprimento do mandato, o emprego e a sustentação das operações de paz exigem um grau mínimo de informações gerais e específicas sobre a situação no local em que são implantadas (DORN, 2010; STEELE, 2004; HERMAN, 2003; JUND, 2009; XAVIER, 2011). Tornam-se, portanto, necessárias a coleta e a análise de informações, a fim de auxiliar nas decisões e ações em toda a cadeia de comando envolvida na operação de paz. Tal seria a missão da atividade de inteligência, conforme esclarece Cepik (2002, p. 13), "espera-se que [...] a inteligência seja capaz de subsidiar o planejamento militar e a elaboração de planos de guerra, bem como suportar as operações militares de combate e outras (operações de paz, assistência, missões técnicas, etc.)".

No entanto, a atividade de inteligência é tradicionalmente associada a questões estatais e de segurança nacional (CEPIK, 2003), o que gera um dilema inerente ao próprio caráter institucional da ONU, que não admite a utilização de algumas ferramentas convencionais dessa atividade, tais como a infiltração de agentes disfarçados e o furto de documentos (DORN, 1999).[8] Por conseguinte, configura-se uma forte tensão entre segredo e abertura, sendo necessário atingir um balanço entre os dois elementos, devendo a ênfase ser na abertura – ainda que, nos casos onde o segredo é justificado, o mesmo deveria ser mantido (DORN, 1999).

Sendo assim, em um primeiro momento, parece ser contraintuitivo implementar a atividade de inteligência no âmbito da ONU. Contudo, conforme será apresentado no trabalho, esta atividade tem sido crescentemente desenvolvida no âmbito das missões de paz da ONU,

---

[8] Dorn e Bell (2003, p. 254) pontuam que as autoridades da ONU temiam que os Estados membros, muitos dos quais possuem suas próprias redes de inteligência poderosas e estabelecidas, acusassem a Organização de violar suas soberanias nacionais se descobrissem sondagem em seus assuntos internos sem prévio consentimento. Elas também temiam que a integridade da Organização fosse comprometida se fosse descoberto seu engajamento em atividades de inteligência, uma vez que algumas técnicas habituais da atividade (tais como roubo, espionagem, vigilância e suborno) são frequentemente elementos a acirrar os conflitos internacionais os quais a ONU estaria comprometida em resolver.

embora muitas vezes sem propriamente o título de “inteligência”. Coloca-se, portanto, como pergunta da presente pesquisa: *como se deu o processo de desenvolvimento e institucionalização da atividade de inteligência nas operações de paz da ONU?*

Parte-se do pressuposto de que o fim da Guerra Fria alterou a lógica das operações de manutenção da paz da ONU, em razão do ambiente ter-se tornado mais complexo e as operações terem aumentados expressivamente em número. A hipótese de trabalho é de que a atividade de inteligência desenvolveu-se e institucionalizou-se a partir do início do século XXI, diante de uma alteração de abordagem da ONU em relação ao uso da inteligência nestas missões, em virtude tanto da necessidade de aumentar a segurança do pessoal em campo e incrementar o conhecimento da situação, quanto das falhas ocorridas na década de 1990, que foram causadas em parte pela falta de legitimidade ou pela deficiência das informações. Por institucionalização entende-se “o processo pelo qual organizações e processos adquirem valor e estabilidade” (HUNTINGTON, 1968, p.12).

Nessas condições, o objetivo geral da pesquisa é analisar o desenvolvimento e a institucionalização da atividade de inteligência nas operações de paz da ONU. Como objetivos específicos, busca-se:

a) revisar criticamente a literatura especializada sobre atividade de inteligência em operações de paz;
b) analisar os fatores que levaram ao desenvolvimento e à institucionalização da atividade de inteligência em operações de paz;
c) verificar a realização das etapas do ciclo da atividade de inteligência – planejamento/direção, coleta, análise, e disseminação – nas operações de paz.

O presente estudo justifica-se pela relevância das missões de paz para as relações internacionais contemporâneas e, particularmente, para o Brasil e para o campo de estudos de inteligência no Brasil. A importância para as relações internacionais e, especificamente, para a segurança internacional evidencia-se na medida em que: atualmente, há 16 missões em andamento e um total de 128 países contribuindo com tropas, pessoal militar e policial; por meio das operações de paz, a ONU e os demais países envolvidos têm acesso a várias das principais zonas de conflito no mundo, tais como o Afeganistão, a República Democrática do Congo, o Sudão, o Haiti e o Líbano, cujo desenvolvimento e evolução têm impactos sobre as relações internacionais (fluxos políticos, de comércio e de imigração); as missões empregam um

contingente maior do que o de qualquer outra organização ou instituição no mundo, excetuando-se os Estados Unidos (DORN, 2010), contando, atualmente, com 122.969 pessoas em campo. Além disso, o presente trabalho adota uma abordagem distinta das operações de paz, ainda academicamente incipiente, qual seja, a da atividade de inteligência. [9] [10]

Ressalta-se, ainda, a importância do estudo para o Brasil, visto ter sido frisado na Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008, o compromisso de o país promover o incremento do adestramento e da participação das Forças Armadas em operações de paz (BRASIL, 2008). Tal tem sido o esforço nacional: o Brasil assumiu tarefas de comando militar e de coordenação da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), da Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO) e da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), bem como investiu na criação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), em 2010, visando apoiar a preparação de militares, policiais e civis, brasileiros e de nações amigas, para as missões de paz.[11] Destaca-se como marco para o incremento da participação brasileira o momento no qual o país assumiu o comando militar da MINUSTAH, em 2004, com o General Augusto Heleno Ribeiro Pereira. Ademais, em 2013, o General Carlos Alberto dos Santos Cruz foi convidado a assumir o comando militar da MONUSCO, que é a maior missão de paz da ONU em andamento. Ainda, por meio da sua participação em operações de paz, ainda, o Brasil tem buscado uma inserção internacional mais assertiva (BRACEY, 2011; KENKEL,2013a). Tal postura relaciona-se ao interesse do país em desempenhar um papel mais relevante no campo da segurança (CERVO; BUENO, 2011), bem como de obter um assento permanente em eventual reforma do CSNU (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Por último, assinala-se a importância da pesquisa no campo dos Estudos de Inteligência, que ainda carecem de um corpo teórico e metodológico robusto (GILL, 2009). A pesquisa visa

---

[9] Não se pretende aqui diminuir a importância de outras abordagens de estudo para as operações de paz, como, por exemplo, a perspectiva da análise jurídica. Apenas optou-se pela perspectiva da atividade de inteligência, por tê-la julgado a mais adequada para as finalidades do presente estudo.

[10] A despeito de uma gama respeitável de trabalhos publicados internacionalmente, no Brasil, ainda existe uma visível escassez de estudos sobre a atividade de inteligência em operações de paz, sendo um dos poucos trabalhos publicados, o capítulo “Inteligência e Operações de Paz da ONU no pós-Guerra Fria” de Nathaly Silva Xavier no livro “Inteligência Governamental: contextos nacionais e desafios contemporâneos” (2011) e a dissertação de mestrado “Inteligência no Processo Decisório no Conselho de Segurança das Nações Unidas” (2014) de Polyanna Rosa de Medeiros Torres.

[11] Para mais informações sobre o CCOPAB, ver sua página online oficial. Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/>. Acesso em 12 jun. 2014.

contribuir para o avanço desse campo no Brasil, que ainda é pequeno se comparando aos de outros países, tais como Estados Unidos e Reino Unido, a despeito dos reconhecidos esforços brasileiros.[12]

Para pensar a problemática da atividade de inteligência em operações de paz, reunimos três corpos teóricos da literatura: teoria das relações internacionais, teoria da guerra e teoria da inteligência governamental.

As teorias das relações internacionais, a partir do debate sobre instituições internacionais surgido das controvérsias entre (neo)realistas e institucionalistas neoliberais, fornecem explicações sobre o por quê os Estados cooperam em instituições internacionais, tais como a ONU. As raízes do debate são: do lado realista, Kenneth Waltz, com "*Theory of International Politics*" (1979), e, do lado institucionalista neoliberal, Robert Keohane, com "*After hegemony: cooperation and discord in the world political economy*" (1984). No pós-Guerra Fria, o debate foi revigorado por John Mearsheimer, com "*The False Promise of International Institution*" (1995), que afirma ser falsa a promessa de que as instituições internacionais levariam à construção da paz internacional. Atualmente, ambas as correntes teóricas concordam que as instituições internacionais importam, mas divergem – e debatem – de que forma elas são relevantes.[13]

Os teóricos realistas e neorrealistas argumentam que o Estado, unitário e racional, é o ator central nas relações internacionais, e que o sistema internacional é anárquico (ausência de uma autoridade legítima acima dos Estados) (MINGST, 2008). Nesses termos, as instituições internacionais não seriam capazes de alterar os cálculos de interesses dos Estados. Segundo Mearsheimer (1995), os países buscam maximizar seu poder, e as instituições são um reflexo disso, sendo apenas uma variável interveniente no processo de cooperação internacional (MEARSHEIMER, 1995). Waltz (2000) também enfatiza tal característica, assinalando que as

---

[12] No Brasil, há relativamente poucos Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses sobre a atividade de inteligência publicados. Além disso, só existem dois centros de estudos sobre inteligência no país: o Centro de Estudos de Inteligência Governamental da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Grupo de Trabalho Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

[13] Para um aprofundamento sobre o debate, além das referências citadas na seção, recomendamos: JERVIS, Robert. Realism, Neoliberalism, and Cooperation: Understanding the Debate. In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. (Eds). **Progress in International Relations Theory: Appraising the Field**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2003.

instituições internacionais são moldadas e limitadas pelos países que as formam e têm pouco efeito como entidade independente.

Os institucionalistas neoliberais aceitam a anarquia do sistema internacional, mas procuram responder por que os Estados escolhem cooperar nesse ambiente (MINGST, 2008). Keohane e Nye (1989), focando sua análise na interdependência complexa, argumentam que a cooperação internacional geraria ganhos recíprocos. Segundo os autores, as organizações internacionais reduzem os custos da interdependência, criando condições favoráveis à cooperação, uma vez que facilitam a troca e geram confiança entre seus membros – ganhando, assim, importância (KEOHANE; NYE, 1989).

Portanto, ao passo que os realistas e os neorrealistas enfatizam que as instituições internacionais não alteram os cálculos dos Estados, sendo apenas um subproduto, os institucionalistas neoliberais afirmam que elas podem alterar. Não é possível, e nem pretendemos, corroborar ou refutar uma ou outra corrente teórica no escopo do presente trabalho. Entendemos que é preciso considerar aspectos de ambas para melhor compreender o comportamento dos países e a cooperação a nível internacional. Além disso, tal controvérsia teórica evidencia a necessidade de um equilíbrio entre a efetividade das ações e a legitimidade de uma instituição internacional, tal como a ONU – especialmente, no que tange ao emprego das operações de paz e ao uso de inteligência nesse âmbito.

Situado o trabalho no escopo teórico das Relações Internacionais, enquadraremos as operações de paz na teoria de guerra de Clausewitz, a fim de compreendê-las como fenômeno, tal como orienta a abordagem de Proença Júnior (2002).[14] Segundo o autor, as operações de manutenção da paz podem ser classificadas como uma forma de guerra de coalizão, uma vez que envolvem diferentes nações com diferentes contingentes. Embora as missões de paz não possam ser classificadas, por definição política, como guerra, é inegável que esteja nelas presente a ambição de modificar o comportamento de outrem pela força – o que vai ao encontro do conceito de guerra de Clausewitz: "um ato de força para compelir nosso inimigo a fazer nossa vontade" (PROENÇA JÚNIOR, 2002, p.152). No que se refere às operações de paz, Proença Júnior (2002) destaca que a vontade a ser cumprida é a vontade da ONU. Busca-se atingir essa vontade pelo ato de força da operação de paz (as forças de paz). O objetivo é o de produzir determinados

[14] Carl von Clausewitz é teórico clássico sobre guerra, a partir de sua obra "Da Guerra", publicada após sua morte em 1832. Para uma boa análise da obra, ver: ECHEVARRIA II, Antulio. **Clausewitz and Contemporary War.** Oxford: Oxford University Press, 2007.

comportamentos em outros (o governo, a população, um grupo, etc. do país que sofre a intervenção). Em suma, as operações de paz consistem em atos de força para compelir outros à vontade da ONU; são, portanto, guerras. Especificamente, são guerras de coalizão, visto que a vontade da ONU não expressa uma vontade própria, mas é resultado, de modo geral, da vontade de seus Estados membros e, de modo particular, do Conselho de Segurança. Além disso, as operações de paz são uma ação combinada de forças, ou seja, envolvem forças de mais de um Estado (PROENÇA JÚNIOR, 2002). Segundo o autor,

> [...] a assertiva de que PKO são guerras de coalizão é mais um reconhecimento do que fruto de uma construção mais sutil. Desdobra-se facilmente da simples aplicação da teoria da guerra ao fenômeno de PKO. Assenta-se sobre a afirmação de que PKO são atos de força para dobrar à vontade de outrem ao mandato do Conselho de Segurança (PROENÇA JÚNIOR, 2002, p.187).

Por sua vez, cabe destacar a aplicação das teorias de inteligência às operações de paz. O objetivo é compreender o dilema presente no emprego da atividade de inteligência pela ONU e as abordagens possíveis. Nesse sentido, serão abordados três tópicos: o papel da atividade de inteligência em operações de paz; a diferenciação da atividade em três níveis (estratégico, operacional e tático) e a diferenciação quanto às etapas do ciclo da atividade.

A atividade de inteligência visa dar suporte às decisões e às ações em todos os níveis da cadeia de comando. Conforme Norheim-Martinsen e Ravndal (2011, p.456, tradução nossa), a inteligência deve ser entendida justamente como uma ferramenta para auxiliar a tomada de decisão.

> A inteligência é uma ferramenta para gerar informações relevantes aos interesses securitários de um tomador de decisões através de coleta, processamento, análise e disseminação de informações, abertas ou ocultas, o produto final, sendo os métodos e os recursos que a produziram protegidos de qualquer adversário.[15]

Cepik (2003, p. 28) destaca a dupla dimensão do conceito de inteligência, operacional e analítica:

> Enquanto a primeira dimensão destaca os meios especiais utilizados para coletar informações, no limite sem a cooperação e/ou conhecimento de um adversário, a segunda dimensão é analítica e diz basicamente que a inteligência se diferencia da mera informação por sua capacidade explicativa e/ou preditiva (fins).

---

[15] No original: *Intelligence is a tool to generate information relevant to the security interests of a decision-maker through collection, processing, analysis and dissemination of information, both overt and covert, the final product and the methods and sources that produced it being protected from any adversary.*

A atividade de inteligência também é diferenciada segundo os níveis estratégico, operacional e tático. Embora essa diferenciação muitas vezes não seja feita de maneira clara pela ONU, é útil para a análise da inteligência no contexto das operações de paz (CHARTERS, 1999, DORN, 2010, NORHEIM-MARTINSEN; RAVNDAL, 2011, SHELTER-JONES, 2008). Assim, a partir de Charters (1999) e Norheim-Martinsen e Ravndal (2011), podemos identificar os seguintes níveis nas operações de paz:[16]

a) *Inteligência estratégica*: refere-se às decisões no Conselho de Segurança e às estruturas criadas para dirigir as missões no âmbito do Secretariado, especificamente o próprio Secretário Geral (SGNU) e o Representante Especial do Secretário Geral (SRSG). Seu principal objetivo é atingir a paz e a conciliação das partes;
b) *Inteligência operacional*: refere-se à inteligência no nível do comando da missão de paz em campo, especificamente o líder da missão (SRSG, *Force Commander*, etc). Seu principal objetivo é cumprir o mandato da missão;
c) *Inteligência tática*: refere-se às ações isoladas ou conjuntas no âmbito da missão, especificamente o comandante do batalhão/unidade em campo. Seu principal objetivo é completar as tarefas atribuídas e prevenir que incidentes locais escalonem para uma crise maior.

A inteligência realizada em operações de paz igualmente pode ser classificada segundo as etapas do ciclo da atividade de inteligência: planejamento/direção, coleta, análise de informações e disseminação do resultado da inteligência (GILL, 2009, JOHNSON, 2009, PHYTHIAN, 2009). É possível enquadrar analiticamente a atividade de inteligência da ONU em todas as etapas do ciclo – ainda que algumas, de forma precária. De acordo com Dorn (2010), tem-se:

a) *planejamento/direção* – o fluxo de informações é majoritariamente unidirecional para a sede em Nova York e o pessoal no campo geralmente queixa-se da falta de direção vinda da sede;

[16] Para uma distinção mais detalhada dos três níveis ver "*Table 1 Peacekeeping Intelligence Requirements*" de Charters, 1999, p.44. Na tabela o autor diferencia os três níveis nos quesitos: tomadores de decisão, principais objetivos, cobertura territorial, principais protagonistas para comunicar-se com, identificação e avaliação de ameaças, intenções/motivações dos protagonistas, histórico do conflito, financiadores externos, delineações do cessar-fogo, dados de planejamento da missão, considerações geográficas, verificação de informação.

b) *coleta* – os principais provedores de informações são os Estados membros e, em alguns casos, suas agências de inteligência, as agências especializadas da ONU, a mídia, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e o pessoal em campo nas missões;

c) *análise* – a partir de 2005, assinala-se o estabelecimento dos *Joint Mission Analysis Centres* (JMACs) nas operações em campo, responsáveis por analisar, coletar e avaliar informações;

d) *disseminação* – a forma e a eficiência da disseminação dos produtos da atividade de inteligência variam muito conforme a missão.

Destaca-se, quanto à coleta, as diferentes fontes possíveis de informações, assinaladas por Cepik (2003, p.35-6), em conformidade com a literatura internacional, que utiliza os acrônimos derivados do uso norte-americano:

> [...] *humint* (*human intelligence*) para as informações obtidas a partir de fontes humanas, *sigint* (*signals intelligence*) para as informações obtidas a partir da interceptação e decodificação de comunicações e sinais eletromagnéticos, *imint* (*imagery intelligence*) para as informações obtidas a partir da produção e da interpretação de imagens fotográficas e multiespectrais, *masint* (*measurement and signature intelligence*) para as informações obtidas a partir da mensuração de outros tipos de emanações (sísmicas, térmicas etc.) e da identificação de "assinaturas" [...] quando a obtenção de informações ocorre exclusivamente a partir de fontes públicas, impressas ou eletrônicas, essa atividade de coleta é então chamada de *osint* (*open sources intelligence*).

Posto isso, a fim de responder a pergunta de pesquisa e verificar a hipótese de trabalho, realiza-se o estudo de sete missões de paz em particular (a ONUC, a UNOSOM I e II, a UNAMIR, a UNPROFOR, a MINUSTAH, a UNMIS e a MONUSCO), analisadas a partir dos níveis estratégico e operacional e tático da atividade de inteligência. Optamos por deixar os níveis operacional e tático juntos, uma vez que ambos referem-se à inteligência no âmbito das operações de paz em campo, enquanto o estratégico refere-se à inteligência no âmbito do Secretariado da ONU.

Além da revisão de dados secundários e da literatura especializada, procede-se à análise de dados primários, relatórios e documentos da ONU, bem como de entrevistas realizadas com militares e civis que estiveram em campo ou que são entendidos do assunto.

A monografia está estruturada em dois capítulos de desenvolvimento, somados às considerações finais. O primeiro capítulo apresenta, inicialmente, a evolução das estruturas de inteligência no Secretariado de 1945 a 2001 e, em seguida, a evolução em campo, dividida em dois momentos: a) a Guerra Fria (1945-1990), quando apresentamos a ONUC, operação que,

diferente das demais contemporâneas, fez uso deliberado da atividade de inteligência; e b) o imediato pós-Guerra Fria (1991-2000), quando apresentamos os casos da UNOSOM, UNAMIR e UNPROFOR. O objetivo do capítulo é apresentar o baixo perfil do desenvolvimento da atividade de inteligência nas operações de paz durante a Guerra Fria e no período imediatamente posterior, a fim de contrastar com os acontecimentos que levariam, a partir do século XXI, a uma mudança de abordagem para a atividade de inteligência.

Já o segundo capítulo apresenta, primeiramente, a evolução das estruturas de inteligência no Secretariado da ONU de 2001 a 2014 e, posteriormente, as evoluções em campo, exemplificadas através dos casos da MINUSTAH, UNMIS e MONUSCO. O objetivo do capítulo é verificar o suposto desenvolvimento e institucionalização da atividade de inteligência em operações de paz, tendo como critérios a realização das etapas do ciclo de inteligência supracitados. Para tanto, além da revisão da bibliografia especializada e da análise de documentos, também foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, realizadas com militares brasileiros e civis que estiveram em campo ou são entendidos do assunto.

Por fim, as considerações finais apresentam um panorama geral do trabalho apontam os limites no desenvolvimento da atividade de inteligência, por se tratar de uma organização internacional, bem como a necessidade de aprimoramento na atividade, caso a ONU continue a determinar mandatos robustos. Sugerem-se, ainda, novos desdobramentos para o avanço do estudo do tema.

2 ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA EM OPERAÇÕES DE PAZ (1945-2000)

A primeira operação de paz organizada pela ONU foi a Missão das Nações Unidas para a Supervisão da Trégua (UNTSO), estabelecida como uma missão de observação em maio de 1948, no Oriente Médio, para monitorar cessar-fogos, supervisionar acordos de armistício e prevenir o escalonamento de incidentes isolados.[17] Jund (2009) assinala que as missões de observação durante a Guerra Fria eram, em sua essência, operações de inteligência, pois sua finalidade acabava sendo, como seu nome sugere, observar e, consequentemente, coletar informações.

Desde então, as missões estabelecidas durante a Guerra Fria deveriam ser baseadas no princípio da transparência e deveriam operar de maneira aberta, o que também se aplicaria à atividade de inteligência. Além disso, devido ao engessamento derivado dos conflitos entre os Estados Unidos e a União Soviética, a ONU somente poderia engajar-se em conflitos nos quais os interesses vitais das duas superpotências não estivessem em jogo. Nessas condições, a maioria dos conflitos que a ONU envolveu-se era entre Estados, sendo sua intervenção baseada em três princípios básicos: o consentimento das partes envolvidas, a neutralidade dos *peacekeepers* e o mínimo uso da força, à qual se recorreria somente como último recurso e em defesa própria (JUND, 2009).[18]

No contexto da Guerra Fria, a ONU teve que fazer uso da inteligência com muita cautela, devido à forte associação da atividade com a prática de espionagem, inaceitável para uma organização internacional que preza pela neutralidade e pela resolução dos conflitos. Todavia, conforme Charters (2000), como a ONU operava geralmente em ambientes permissivos, mesmo benignos, onde as ameaças e riscos eram baixos, a abordagem utilizada para a inteligência era provavelmente suficiente. Apenas a operação na República Democrática do Congo (RDC) nos anos 1960 exigiu algo além de uma capacidade rudimentar de inteligência.

Tal abordagem apenas começaria a ter impulsos mais intensos para se alterar no imediato pós-Guerra Fria, em virtude da crítica feita às operações, principalmente as que tiverem lugar na Somália, em Ruanda e nos Balcãs. Tais operações representaram um novo tipo de ambiente, que, conforme Jund (2009), era de guerras dentro de Estados, somadas a genocídios. Essas novas circunstâncias, influenciadas pela mudança na estrutura de poder global diante do vácuo

---

[17] Para mais informações sobre a Missão das Nações Unidas para a Supervisão da Trégua, ver página online oficial da UNTSO. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/untso/>. Acesso em 23 ago. 2014.

[18] *Peacekeepers*: os indivíduos que compõe as forças em operações de manutenção da paz da ONU.

desestabilizador de poder com o fim da URSS, permitiram que os conflitos – que antes conseguiam ser sufocados – entrassem em erupção. Esses conflitos ameaçavam a segurança internacional, colocando um novo desafio à ONU e aos *peacekeepers*. Foram justamente os desastres na Somália e na Bósnia e o genocídio em Ruanda nos anos de 1990 que deixaram claro que a Organização teria que mudar sua abordagem aplicada a operações de paz (JUND, 2009).

Contudo, tal mudança de abordagem começou a desenhar-se apenas lentamente na década de 1990, com as principais alterações ocorrendo no âmbito do Secretariado em Nova York, e somente seria posta em prática nos níveis operacional e tático a partir do século XXI. E para entender as mudanças nos anos 2000, é fundamental entender as evoluções nos níveis tático, operacional e estratégico da inteligência no período que vai da criação da ONU ao final da década de 1990. Nas próximas seções faremos a descrição histórica dessa evolução, com ênfase na atividade de inteligência empregada nas operações de paz mais relevantes do período, quais sejam: ONUC, UNOSOM I e II, UNAMIR e UNPROFOR.

2.1 Nível estratégico: estruturas de inteligência no Secretariado da ONU (1945-2000)

Da criação da ONU em 1945 e do estabelecimento da primeira operação de manutenção da paz em 1948 até o ano de 1987, não se observam esforços concretos de criação de estruturas de inteligência no Secretariado da ONU. Na verdade, segundo Charters (2000), até quase o final da Guerra Fria, a sede em Nova York não era orientada a usar inteligência, nem mesmo de fontes abertas, para a análise e o planejamento estratégico das ações da Organização. Conforme Charters (2000) e Dorn (2005), alguns poucos secretários gerais empregaram esforços nesse sentido, sendo o primeiro a se concretizar a criação do *Office for Research and the Collection of Information* (ORCI) em 1987 pelo então SGNU Javier Pérez de Cuéllar.[19] Embora tenha sido criado como um esforço para racionalizar o Secretariado e cortar duplicações nas funções relacionadas à informação e análise política, não agradou a alguns Estados. Os EUA, por exemplo, em um contexto ainda de Guerra Fria, alegaram que o escritório poderia estar fornecendo cobertura para a URSS espioná-los (DORN, 2005). Conforme Maceda (2007), os Estados com vantagem

---

[19] Quanto às fontes de coleta utilizadas pelo ORCI, Charters (2000) assinala que o escritório fazia uso majoritariamente de fontes abertas (OSINT).

informacional apresentam historicamente a tendência de ser relutantes em compartilhar informações, especialmente com uma organização internacional como a ONU.

Somente na década de 1990 a ONU começaria a adaptar sua estrutura para corresponder às mudanças em curso nas operações de paz. Em 1992, logo após Boutros-Ghali tornar-se Secretário Geral, o ORCI foi extinto e então criou-se o Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (DPKO), com a finalidade de administrar as operações.[20] O recém-criado DPKO, porém, não era capaz de fornecer comando e controle em tempo real para as várias missões em andamento, uma vez que a sede da ONU estava em comunicação com as missões somente de segunda a sexta-feira, entre as 9 e as 17 horas – horário de Nova York (SMITH, 1994). Uma tentativa de retificar essa deficiência, também em resposta ao criticismo dos comandantes em campo, foi o estabelecimento do *Situation Centre* (SITCEN) em 1993, dentro do DPKO, a funcionar 24 horas por dia, sete dias por semana (CHARTERS, 2000).[21] [22] Conforme Norhein-Martinsen e Ravndal (2008), o objetivo da criação do SITCEN era de auxiliar o DPKO no processo de tomada de decisão e conectar o fluxo de informações entre civis, militares e polícia, além de produzir avaliações de tendências políticas, militares e de segurança que afetassem as missões de paz em curso.

Dentro do SITCEN, tão logo foi criada também a *Information and Research* (I&R) *Unit*, composta de oficiais destacados dos governos de quatro dos cinco membros permanente do CSNU: França, Reino Unido, Rússia e EUA (DORN, 2005, NORHEIN-MARTINSEN; RAVNDAL, 2008, CHARTERS, 2000).[23] Segundo Dorn (2005), esse *staff* era pago por seus países de origem e mantinha ligações substanciais com seus respectivos serviços de inteligência nacionais. A I&R Unit consistiu na primeira capacidade de inteligência da ONU no nível

---

[20] Uma importante contribuição de Boutros-Ghali foi "*An Agenda for Peace Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping*" (1992). No relatório, ele fez uma análise e sugeriu recomendações sobre formas de reforçar e tornar mais efetivas a diplomacia preventiva, as operações de *peacemaking* e de *peacekeeping*. O relatório trata das mudanças decorrentes do pós-Guerra Fria e como a ONU deveria responder a esse novo ambiente. Vale destacar que ele sugere a utilização do Capítulo VII da Carta se necessário for para o estabelecimento de operações de paz. Disponível em: <http://www.unrol.org/files/A_47_277.pdf>. Acesso em 27 ago. 2014.

[21] O criticismo público foi feito, principalmente, pelo então comandante da UNPROFOR, Major General Lewis MacKenzie.

[22] O papel atual do DPKO e do SITCEN serão explorados na seção 2.1.

[23] Segundo Dorn (2005), a China recusou-se a enviar um oficial, pois, aparentemente, ela não estava disposta a compartilhar informações, o que era um pré-requisito para adesão à *I&R Unit*.

estratégico. No entanto, acabou sendo fechada em 1999 (DORN, 2005, NORHEIN-MARTINSEN; RAVNDAL, 2008).[24]

Por último, vale destacar os outros dois departamentos diretamente relacionados às missões de paz, criados nos anos de 1990 no âmbito do Secretariado: o *Office for Coordination of Humanitarian Affairs* (OCHA), estabelecido em 1991, e o *Department of Political Affairs* (DPA), estabelecido em 1992.[25] [26] Ao passo que o OCHA é responsável por estabelecer e coordenar operações de ajuda humanitária (UN, 2014f), o DPA monitora e avalia os acontecimentos políticos mundiais, a fim de detectar crises potenciais antes que elas escalonem e de conceber respostas eficazes a elas (UN, 2014g).

Conclui-se do período de 1945 a 2001 que, em um primeiro momento – a Guerra Fria –, os poucos esforços para formar estruturas de inteligência no âmbito do Secretariado foram minados por duas principais razões: a) o constrangimento sistêmico imposto pelo conflito Leste-Oeste, que paralisava em boa medida a ONU e criava desconfianças sobre suas atividades; e b) os esforços do Movimento dos Não-Alinhados em não deixar a AGNU aprovar resoluções favoráveis ao estabelecimento de estruturas de inteligência, por desconfiarem que estas serviriam aos interesses das grandes potências. Já em um segundo momento – a década de 1990 – os esforços dirigidos principalmente pelos Secretários Gerais foram concretizados de maneira mais duradoura com a criação de estruturas que permanecem atualmente: o DPKO, o SITCEN, o OCHA e o DPA. Entretanto, isso não significa que eles tenham sido efetivos e tenham logo se traduzido em uma melhoria nas operações de paz, como se verá a seguir. Segue, pois, uma análise do nível operacional e tático durante a Guerra Fria, com destaque para a Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC).

2.2 Nível operacional e tático: Guerra Fria (1945-1990)

[24] Conforme Norhein-Martinsen e Ravndal (2008), a I&R Unit foi fechada devido a uma resolução da AGNU, puxada através do Movimento dos Não-Alinhados, que acusavam a unidade de ser uma ferramenta de manipulação dos membros mais poderosos da ONU. Por isso, o Movimento continuaria, posteriormente, a votar contra novas propostas para o estabelecimento de inteligência no nível estratégico da ONU.

[25] Na verdade, o departamento estabelecido em 1991 foi o *Department of Humanitarian Affairs* (DHA), que seria reorganizado como OCHA em 1998, como parte do programa de reformas do então Secretário Geral.

[26] O papel atual do OCHA e do DPA serão mais bem explorados na seção 3.1.

Se no nível estratégico a criação de estruturas de inteligência ou para inteligência eram restritas, no nível operacional e tático não foi muito diferente durante a Guerra Fria, sendo a exceção o caso da operação na RDC nos anos de 1960, que será abordado na próxima seção. A ONU evitou inclusive o uso da palavra 'inteligência' em virtude de sua associação com a espionagem. No contexto da Guerra Fria, a atividade recebia o nome de "informação militar", para deixar subentendido que a Organização não empregava práticas de inteligência – o que não era verdade (CHARTERS, 2000). Segundo Maceda (2007), por ser justamente improvável que o CSNU agisse durante a Guerra Fria, a ONU podia permitir-se ignorar a inteligência na sede em Nova York e, quando em campo, apoiar-se em medidas *ad hoc*.

Conforme já citado anteriormente, o impasse Leste-Oeste restringiu a cooperação no âmbito do CSNU, limitando as operações de paz ao emprego dos "capacetes azuis".[27] Maceda (2007, p.25, tradução nossa) destacou esse fato nos números de operações de paz no período: "Da criação em 1945 ao descongelamento das relações EUA-URSS em 1988, a ONU empregou apenas 13 operações de paz – e não criou nenhum entre 1978 e 1988".[28] Portanto, entre 1945 e 1990 houve pouquíssimas operações, especialmente se comparado com o período subsequente. Foram estabelecidas no período 18 missões, sendo elas: UNTSO, UNMOGIP, UNEF I, UNOGIL, ONUC, UNSF, UNYOM, UNFICYP, DOMREP, UNIPOM, UNEF II, UNDOF, UNIFIL, UNGOMAP, UNIIMOG, UNAVEM I, UNTAG, ONUCA (UN, 2014b).[29] Como mencionado anteriormente, essas operações foram, em sua maioria, de observação e monitoramento, sendo a ONUC a mais importante para o estudo de inteligência em operações de paz, pois foi diferenciada. Dorn (2010) assinala que a ONUC foi uma missão única durante a

---

[27] "Capacetes azuis" é uma das expressões por meio das quais são conhecidas as forças em operações de manutenção de paz da ONU, uma vez que essas tropas utilizam capacetes de cor azulada, igual a da bandeira da ONU.

[28] No original: *From its creation in 1945 to the thawing of U.S.-USSR relations in 1988, the UN ran only 13 "blue helmet" PKOs—and created none between 1978 and 1988.*

[29] Por extenso: Missão das Nações Unidas para a Supervisão da Trégua (UNTSO), Grupo Observador Militar das Nações Unidas na Índia e no Paquistão (UNMOGIP), Força de Emergência das Nações Unidas I (UNEF I), Grupo Observador Militar das Nações Unidas no Líbano (UNOGIL), Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC), Força de Segurança das Nações Unidas na Nova Guiné Ocidental/Irian Ocidental (UNSF), Missão de Observação das Nações Unidas no Iêmen (UNYOM), Força das Nações Unidas para a Manutenção da Paz no Chipre (UNFICYP), Missão de Representante Especial do SGNU na República Dominicana (DOMREP), Missão de Observação das Nações Unidas para a Índia e o Paquistão (UNIPOM), Força de Emergência das Nações Unidas II (UNEF II), Força das Nações Unidas de Observação do Desengajamento (UNDOF), Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), Missão de Bons Ofícios das Nações Unidas no Afeganistão e no Paquistão (UNGOMAP), Missão do Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas para o Irã/Iraque (UNIIMOG), Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM I), Grupo das Nações Unidas para Assistência à Transição (UNTAG), Grupo de Observação das Nações Unidas na América Central (ONUCA).

Guerra Fria, uma vez que previu, em vários aspectos, o desempenho das operações de paz contemporâneas, tendo empregado consideravelmente forças armadas e possuído um componente de inteligência avançado, muito em decorrência do caráter intraestatal do conflito. Esses aspectos serão explorados na seção a seguir.

2.2.1 Início Embrionário: ONUC (1960-1964)

A República Democrática do Congo (RDC), ex-colônia belga, tornou-se independente em 30 de Junho de 1960. Nos dias que seguiram, a desordem estourou, e a Bélgica enviou tropas ao país com o objetivo de restaurar a lei e a ordem e proteger seus nacionais, sem o consentimento do governo congolês. Assim sendo, o governo congolês solicitou assistência militar da ONU para proteger o território nacional contra as agressões externas (UN, 2014h). A Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC) foi estabelecida pelo CSNU em Julho de 1960, com o mandato de assegurar a retirada das forças belgas, auxiliar o governo a manter a lei e a ordem e fornecer assistência técnica (UNSC, 1960). Em fevereiro de 1961, a crise na RDC atingiu seu clímax com a morte de Patrice Lumumba e as rebeliões na província de Katanga.[30] [31] Nesse novo contexto, o mandato foi ampliado, a fim de incluir a tomada imediata de todas as medidas apropriadas para prevenir a ocorrência de uma guerra civil. O uso da força, se necessário, seria um último recurso (UNSC, 1961). A operação, que duraria até junho de 1964, foi a maior da Guerra Fria, com aproximadamente 20.000 pessoas em seu pico (DORN; BELL, 2003).

Segundo Maceda (2007), entretanto, a missão foi fraca desde seu início, devido à já citada paralisia do CSNU divido – devido ao conflito EUA-URSS –, mas também em razão do

---

[30] Patrice Lumumba foi Primeiro Ministro do Congo e havia sido afastado em setembro de 1960 pelo então presidente Joseph Kasavubu. No entanto, Lumumba havia recusado a demitir-se e fugiu para *Stanleyville*, onde o Vice-Primeiro Ministro, Antoine Gizenga, tinha estabelecido um regime rival (DORN; BELL, 2003). Castellano da Silva (2011) relaciona o afastamento e a morte de Lumumba com o conflito da Guerra Fria. Segundo o autor, num primeiro momento, a ONUC não interferiu na repressão do separatismo de Katanga, o que levou Lumumba a se aproximar da URSS, que, por sua vez, forneceu amparo militar contra as secessões. Tal aproximação marcaria o destino de Lumumba: derrubada em setembro de 1960 e assassinato em janeiro de 1961, com conhecimento da CIA e cooperação da Bélgica (CASTELLANO DA SILVA, 2011).

[31] Katanga foi uma província no sul da RDC, que declarou sua independência em 11 de Julho de 1960. Segundo Dorn e Bell (2003), o governo da província, que era rica em minerais, ficou frustrado diante das poucas perspectivas de resolver suas reinvindicações econômicas e políticas com o governo central e acabou declarando sua secessão. Embora a secessão não tivesse sido formalmente sancionada pelo governo belga, foi apoiada pela Bélgica através de ajuda militar, preservando os interesses dos mineiros belgas, ansiosos para reter o controle da indústria mineira da província (DORN; BELL, 2003).

medíocre fornecimento de informações. A ONU não havia implantado arranjos de inteligência na operação, dependendo das informações enviadas pelos líderes congoleses e Estados interessados, o que resultou em um planejamento deficiente da missão. Ou seja, embora a missão tenha-se diferenciado das demais do período, por não ser somente de observação, não deixou de ser fortemente influenciada pela Guerra Fria. Conforme afirma Castellano da Silva (2010, p. 21), "os interesses políticos das grandes potências foram condicionantes para a natureza e o grau de apoio político-militar obtido pelas partes do conflito (governo congolês e grupos guerrilheiros)". Assim, ao passo que os EUA e a Bélgica pagavam mercenários, tiveram relação com o assassinato de Lumumba, e forneceram suporte direto à repressão dos grupos rebeldes Mulele e Conselho Nacional de Libertação (CNL) quando da retirada das tropas da ONUC; URSS e China enviaram armas e suprimentos ao grupo CNL e estabeleceram, já no período de declínio da guerrilha, 128 assessores cubanos com armas, comandados por Che Guevara (CASTELLANO DA SILVA, 2011).[32]

No que concerne à atividade de inteligência durante a ONUC, a coleta de informações e sua análise mais completa foi feita por Dorn e Bell (2003).[33] Ao explorarem arquivos recém-descobertos na década de 1990, os autores tornaram-se referência sobre o desenvolvimento da atividade de inteligência na ONUC. No início da missão, apesar das demandas do *Force Commander* por coleta e análise de informações, a ausência de uma estrutura organizada de inteligência persistiu por mais de meio ano (DORN; BELL, 2003). Um dos fatores apontados por Dorn e Bell (2003) foi a relutância da liderança civil em aceitar o estabelecimento de uma estrutura de inteligência na missão.[34] Foi a partir da ampliação do mandato que a unidade de inteligência pode ser estabelecida, o que foi de importância singular para a missão, dado que nenhum dos países com embaixada e oficiais de inteligência no Congo estava disposto a fornecer inteligência (DORN; BELL, 2003).

---

[32] Conforme Castellano da Silva (2010), Mulele e CNL foram os dois grupos principais no contexto da Crise do Congo no imediato pós-independência do país. Foram movimentos armados de libertação nacional, sendo as primeiras tentativas revolucionárias, que fracassaram.

[33] O artigo original foi publicado no periódico *Internacional Peacekeeping* em 1995. Contudo, no presente trabalho, nos referimos à versão de 2003, publicada no livro *Peacekeeping Intelligence: emerging concepts for the future*.

[34] Segundo Dorn e Bell (2003, p. 273), a relutância dos líderes civis da ONU em adotar a coleta de inteligência foi uma manifestação de uma preocupação mais ampla sobre o futuro da ONU em um mundo polarizado. A ONU não poderia arcar com os custos de ser vista engajando-se em atividades obscuras comumente associadas com a coleta de informações. Por razões políticas, a ONU não poderia institucionalizar uma agência permanente para coletar informações sensíveis.

A unidade de inteligência então estabelecida teve como objetivo coletar informações, avaliar e disseminar inteligência com quatro finalidades: aumentar a segurança do pessoal da ONU; prover suporte para operações específicas; avisar sobre possíveis eclosões de conflitos e estabelecer estimativas de interferências externas (DORN; BELL, 2003). A unidade resultante ficou conhecida como *Military Information Branch* (MIB), como reflexo da conotação obscura que a palavra “inteligência” no nome da unidade poderia causar (DORN; BELL, 2003).

Os autores também assinalam que falhas no fluxo de informações entre o MIB, a ONUC e a sede em Nova York logo foram notadas. Segundo eles, Borchgrevink, chefe do MIB, queixou-se de que as práticas processuais da ONUC frequentemente ignoravam o órgão. Nesse contexto, o Conselheiro Militar do Secretário Geral aprovou uma proposta para adequar o MIB, prevendo aumento no seu *staff* e mudanças nos processos da ONUC em relação ao fluxo de informações.[35] Em setembro de 1962, o MIB já contava com 27 oficiais de inteligência, localizados nas sedes provinciais, ou com as brigadas nacionais. Além disso, os processos foram sistematizados para dar ao órgão a autoridade exclusiva de preparar relatórios de inteligência para a sede em Nova York.

Dentro da ONUC, o processo de disseminação de informações envolvia quatro tipos de relatórios: o principal era o Relatório de Situação (SITREP), diário e emitido por unidades em campo para os *Operations Brach* da ONUC nas sedes provinciais, que submetiam para a sede da ONUC em Leopoldville. Os outros três tipos eram preparados pelo MIB: Resumos de Informações (ISUM), Relatórios Periódicos de Informações (PERINFOREP) e Relatórios de Informações Suplementares (SUPINFOREP) (DORN; BELL, 2003).[36]

Quanto à coleta de informações, as técnicas eram as características de operações convencionais de inteligência. Dorn e Bell (2003, p. 262, tradução nossa) ressaltam que,

---

[35] O aumento no *staff* também previa a criação de novas seções e novos postos, incluindo seções de fotointerpretação, e a criação das posições de oficial de contrainteligência (CIO) e oficial de ligação provincial ou de campo (PLO). Todavia, algumas destas previsões nunca foram realizadas, como foi o caso do PLO (DORN; BELL, 2003, p.260).

[36] Sobre ISUM, PERINFOREP e SUPINFOREP – ISUM, do inglês: *Information Summaries*. Relatórios que forneciam um resumo dos itens importantes de inteligência obtidos pelas sedes provinciais e pelas unidades militares, condensando informações sobre as atividades militares recentes das forças que não eram da ONU e sobre estimativas de seus armamentos e movimentos, bem como discutindo a situação política no país. O objetivo era informar rapidamente as unidades sobre mudanças situacionais. PERINFOREP, do inglês: *Periodic Information Reports*. Apresentavam uma discussão mais profunda dos tópicos cobertos pelos ISUM’s e eram os meios primários de disseminação de inteligência para os escalões mais altos da ONUC. PERINFOREP, do inglês: *Periodic Information Reports*. Apresentavam uma discussão mais profunda dos tópicos cobertos pelos ISUM e eram os meios primários de disseminação de inteligência para os escalões mais altos da ONUC (DORN; BELL, 2003, p.262).

> conforme o sistema de inteligência da ONUC desenvolvia-se, uma variedade de técnicas de coleta de inteligência foi introduzida, continuada e/ou explorada. Essas técnicas eram as características das operações de inteligência convencionais. Elas incluíam interceptação de mensagens de rede sem fio, inteligência aérea e inteligência humana.[37]

Dorn e Bell (2003) concluem que, apesar de o MIB ter sido significante, foi ainda insuficiente. A operação no Congo revelou a necessidade de incluir um elemento extensivo de inteligência em uma operação militar sofisticada da ONU. Também demonstrou que não era necessário utilizar métodos encobertos para manter a ONU informada, uma vez que as informações abertas podiam ser de grande valor, como foram na ONUC, o que demonstra que a ONU pode, ao mesmo tempo, ter as “mãos limpas” e engajar-se na coleta extensiva de informações para prevenir e administrar conflitos (DORN; BELL, 2003). Contudo, a experiência no Congo permaneceria isolada durante a Guerra Fria e, apesar da inteligência ter demonstrado seu valor, a atividade continuaria a ser evitada nas operações mais robustas dos anos 1990, como será visto a seguir.

2.3 Nível operacional e tático: imediato pós-Guerra Fria (1991-2000)

O fim da Guerra Fria levou à diminuição do número de guerras convencionais, mas também ao aumento acentuado de conflitos de pequena escala e de guerras civis (JUND, 2009). Além disso, permitiu à ONU assumir um papel mais assertivo na resolução desses conflitos, que foram essencialmente intraestatais, elevando o debate acerca da possível violação ou não da soberania nacional por meio da sua intervenção. Nessas condições, a década de 1990 elevou a necessidade de inteligência no âmbito da ONU, sendo empregadas as primeiras tentativas mais sérias visando à melhoria dessa capacidade (MACEDA, 2007).

Entre 1991 e 2000, foram estabelecidas 36 operações de manutenção da paz, sendo elas: UNIKOM, MINURSO, UNAVEM II, ONUSAL, UNAMIC, UNPROFOR, UNTAC, UNOSOM I, ONUMOZ, UNOSOM II, UNOMUR, UNOMIG, UNOMIL, UNMIH, UNAMIR, UNASOG, UNMOT, UNAVEM III, UNCRO, UNPREDEP, UNMIBH, UNTAES, UNMOP, UNSMIH, MINUGUA, MONUA, UNTMIH, MIPONUH, UNCPSG, MINURCA, UNOMSIL, UNMIK,

---

[37] No original: *As ONUC's intelligence system developed, a variety of intelligence-gathering techniques were introduced, continued and/or expanded. These techniques were characteristic of conventional intelligence operations. They included wireless message interception, aerial intelligence, and human intelligence*.

UNAMSIL, UNTAET, MONUC e UNMEE (UN, 2014b).[38] Tal estatística é relevante, visto que no período anterior (1945-1990, 46 anos), foram estabelecidas apenas 18 missões. Ou seja, no período subsequente, que é quatro vezes menor, foi estabelecido o dobro de operações.

As operações de paz escolhidas para discussão nas seções seguintes são a UNOSOM I e II, a UNAMIR e a UNPROFOR, por serem as mais destacadas pela literatura especializada em atividade de inteligência em operações de paz, tendo em vista que foram as responsáveis por impulsionar a mudança de abordagem da ONU para inteligência. Ao passo que na UNOSOM I e II e na UNPROFOR a atividade de inteligência foi escassa ou falha, na UNAMIR havia informações disponíveis sobre a iminência de um genocídio, mas essas foram desacreditadas. Xavier (2010) assinala que os episódios da década de 1990 são sempre lembrados como evidências do problema da falta de utilização da atividade de inteligência em operações de paz. Segundo Van Kapper (2003), que foi Conselheiro Militar do Secretário Geral da ONU, o DPKO e o *staff* militar continuamente apontaram que as lições aprendidas durante as operações na Somália, em Ruanda e na Bósnia não deveriam ser ignoradas e que seria perigoso e não profissional engajar-se em qualquer operação de paz mais complexa sem ter acesso a uma inteligência sólida.

---

[38] Por extenso: Missão de Observação das Nações Unidas Iraque-Kuwait (UNIKOM), Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO), Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola II (UNAVEM II), Missão de Observação das Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL), Missão Avançada das Nações Unidas para o Camboja (UNAMIC), Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR), Autoridade Transitória das Nações Unidas no Camboja (UNTAC), Operação das Nações Unidas na Somália I (UNOSOM I), Missão das Nações Unidas para Moçambique (ONUMOZ), Operação das Nações Unidas na Somália II (UNOSOM II), Missão de Observação das Nações Unidas Uganda-Ruanda (UNOMUR), Missão de Observação das Nações Unidas na Geórgia (UNOMIG), Missão de Observação das Nações Unidas na Libéria (UNOMIL), Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH), Missão de Assistência das Nações Unidas em Ruanda (UNAMIR), Grupo de Observação das Nações Unidas na Faixa de Aouzou (UNASOG), Missão de Observação das Nações Unidas no Tadjiquistão (UNMOT), Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola III (UNAVEM III), Operação de Restauração da Confiança das Nações Unidas na Croácia (UNCRO), Força de Desdobramento Preventivo das Nações Unidas (UNPREDEP), Missão das Nações Unidas na Bósnia-Herzegovina (UNMIBH), Administração Transitória das Nações Unidas para a Eslavônia Oriental, Baranja e Sirmium Ocidental (UNTAES), Missão de Observação das Nações Unidas na Península de Prevlaka (UNMOP), Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti (UNSMIH), Missão de Verificação das Nações Unidas na Guatemala (MINUGUA), Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA), Missão Transitória das Nações Unidas no Haiti (UNTMIH), Missão Policial das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH), Grupo de Suporte de Polícia Civil das Nações Unidas (UNCPSG), Missão das Nações Unidas para a República Centro-Africana (MINURCA), Missão de Observação das Nações Unidas em Serra Leoa (UNOMSIL), Missão das Nações Unidas para a Administração Interina no Kosovo (UNMIK), Missão das Nações Unidas em Serra Leoa (UNAMSIL), Administração de Transição das Nações Unidas no Timor Leste (UNTAET), Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) e Missão das Nações Unidas para a Etiópia e a Eritréia (UNMEE).

2.3.1 UNOSOM I e II (1992-1995)

Após a queda do presidente Siad Barre, em 1991, uma guerra civil eclodiu na Somália, opondo a facção que apoiava o presidente interino, Mahdi Mohamed, e a que apoiava o General Mohamed Farah Aidid. A ONU, em cooperação com a *Organization of African Unity* (OAU) e outras organizações, procurou resolver o conflito (UN, 2014i). Em janeiro de 1992, o CSNU demandou que as partes cessassem as hostilidades e decidiu por um embargo de armas à Somália (UNSC, 1992a). O Secretário Geral da ONU organizou negociações entre as partes, que concordaram em um cessar-fogo – a ser monitorado por observadores da Organização em Mogadishu, capital da Somália – e na proteção e segurança do pessoal da ONU para fornecer ajuda humanitária. Com essas finalidades estabelecidas como mandato, estava formada a Operação das Nações Unidas na Somália – UNOSOM I (UNSC, 1992b). Tão logo, em 28 de agosto de 1992, o mandato seria fortalecido e ampliado para incluir a proteção a comboios humanitários e a centros distribuidores por toda Somália (UNSC, 1992c).

Quando a situação deteriorou-se no final do ano de 1992, o CSNU autorizou os países membros da ONU a formarem, sob a liderança dos EUA, a *Unified Task Force* (UNITAF), a fim de estabelecer um ambiente seguro para a distribuição da ajuda humanitária, trabalhando em coordenação com a UNOSOM I (UNSC, 1992d).[39] Em março de 1993, o CSNU decidiu por uma transição da UNITAF para uma operação de paz, estabelecendo-se a UNOSOM II, cujo mandato era tomar todas as medidas apropriadas, incluindo medidas de coerção, para estabelecer no país um ambiente seguro para a ajuda humanitária (UNSC, 1993a). Para isso, a UNOSOM II completaria, através do desarmamento e da reconciliação, a tarefa de restaurar a paz, a estabilidade, a lei e a ordem, iniciada pela UNITAF.

Para Maceda (2007), a UNOSOM I foi uma missão ineficiente de apenas 500 pessoas, já a UNOSOM II foi uma missão com um mandato mais ambicioso e espetacularmente falha. Vale assinalar que a UNOSOM II foi a primeira missão que a ONU conduziu diretamente autorizada pelo Capítulo VII da sua Carta. Assim, era uma missão de *peace enforcement*, o que coloca, por si, uma necessidade de melhores requisitos de inteligência do que, por exemplo, uma operação de manutenção da paz, que somente deve monitorar um cessar-fogo. No entanto, conforme Jund (2009), a missão foi conduzida como se fosse uma das operações de menor escala do período

---

[39] A UNITAF também ficou conhecida como *Operation Restore Hope*.

Guerra Fria, com pouco ou nada de suporte de inteligência, o que teria sido responsável pelos acontecimentos que culminaram no assassinato de 18 soldados americanos.

Como havia um vácuo em termos de inteligência, devido à falta de liderança e direção da ONU, os EUA acabaram por dedicar-se à atividade na missão. Apesar das desconfianças, o comando da UNOSOM II teve de apoiar-se na relação imperfeita com a inteligência norte-americana. Há consenso de que os EUA acabaram por fornecer às tropas da ONU inteligência útil (MACEDA, 2007, ALLEN, 1997). Conforme Allen (1997), a estrutura de inteligência na Somália tinha como elementos-chave o *U.S. Central Command* (USCENTCOM), o *Intelligence Support Element* (ISE) e o *UNOSOM Information Centre* (UNOSOM IC).[40] Além disso, os EUA forneceram ao SITCEN, em Nova York, o Sistema de Suporte de Inteligência Destacável Conjunta (JDISS), empregado pela primeira vez em uma missão de paz. O JDISS foi então utilizado para passar informações "menos sensíveis" em um curto espaço de tempo entre a sede em Nova York e a missão em campo (CHARTERS, 1999).[41] Allen (1997) assinala que outros países, como Bélgica, França e Itália, tinham operações de inteligência na Somália, mas eram relutantes em compartilhar informações com a ONU. Portanto, as trocas de informações entre os elementos de inteligência auxiliando a missão eram bastante desiguais. Além disso, as informações eram baseadas principalmente em fontes humanas (HUMINT), que eram, na maior parte, de credibilidade duvidosa (ALLEN, 1997).

As operações na Somália são consideradas pela literatura uma das grandes falhas em operações de paz nos anos 1990, com um dos mais altos números de mortes de "capacetes azuis". Em virtude disso, a missão colocou em evidência a necessidade de a ONU ter sua própria estrutura de inteligência em campo e não depender da vontade de um país poderoso, como os EUA, para compartilhar informações (ALLEN, 1997, MACEDA, 2007). Evidentemente, conforme assinala Allen (1997), o que levou ao fracasso das missões não foram somente as falhas em inteligência militar ou nas operações militares. O resultado deveu-se também a decisões políticas tomadas em Mogadishu, Nova York e Washington, que optaram por expandir o mandato

---

[40] Conforme Allen (1997), o UNOSOM IC era formado por pessoal dos EUA, mas também contava com pessoal da Austrália e Nova Zelândia.

[41] O JDISS consistia em uma estação de trabalho de computador com capacidades de comunicação. Na ONU, porém, o sistema não era diretamente conectado com a inteligência dos EUA e foi, aparentemente, aposentado em 1997 ou 1998 (CHARTERS, 1999).

de uma missão de paz humanitária para uma missão de *peace enforcement*, apesar dos alertas da inteligência quanto às possíveis consequências.

A experiência na Somália ficou como uma lição para as demais missões que seriam baseadas no Capítulo VII e influenciou fortemente a mudança da abordagem da ONU em relação à atividade de inteligência, uma vez que mostrou os perigos de a Organização não contar com uma estrutura própria para essa atividade.

2.3.2 UNAMIR (1993-1994)

As lutas entre as Forças Armadas do governo, de maioria hutu (85% da população aproximadamente), e a Frente Patriótica Ruandesa (FPR), liderada por tutsis, eclodiram pela primeira vez em 1990, na fronteira entre Ruanda e Uganda. Uma série de acordos de cessar-fogo seguiu, incluindo um negociado em Aruhsa, Tanzânia, em 22 de julho de 1992 (UN, 2014j).[42] Apenas dos esforços, as hostilidades recomeçaram em fevereiro de 1993 no norte do país. Neste mesmo ano, a ONU iniciou um envolvimento mais ativo na região, quando Ruanda e Uganda solicitaram o envio de observadores militares ao longo da fronteira comum para evitar o uso militar da área pela FPR (UN, 2014j). Em junho de 1993, foi então estabelecida a Missão de Observação das Nações Unidas Uganda-Ruanda (UNOMUR) para monitorar as fronteiras (UNSC, 1993b).

Um novo acordo de paz entre o regime do Presidente Habyarimana e os rivais da FPR seria firmado em agosto de 1993, novamente em Arusha, determinando arranjos de compartilhamento de poder (*power-sharing*) entre os dois grupos, o que, supostamente, traria à Ruanda um governo de poderes múltiplos (DORN, 2010). Em outubro do mesmo ano, foi estabelecida a Missão de Assistência das Nações Unidas em Ruanda (UNAMIR), com o mandato de ajudar as partes a implementar o acordo, monitorar tal implementação e auxiliar o governo de transição (UNSC, 1993c). O mandato ainda seria ampliado quatro vezes, de forma a adaptar-se às novas circunstâncias (UN, 2014j).

Seis meses depois do estabelecimento da UNAMIR, extremistas lideraram a maioria hutu e conduziram a população a cometer um massacre genocida da minoria étnica tutsi, que levou

---

[42] Segundo este acordo, seriam alocados em Ruanda cinquenta membros do *Neutral Military Observer Group I* (NMOG I), fornecidos pela OAU. O Grupo mais tarde foi substituído pela força expandida NMOG II.

mais de meio milhão de ruandeses à morte (DORN, 2010). Segundo Dorn (2010), os autores do genocídio eram importantes oficiais do governo, que fizeram planos meticulosos, incluindo o armazenamento de armas em esconderijos e o treinamento de hutus. Dorn (2010), Van Kapper (2003), Cammaert (2003) e Charters (1999) assinalam que havia informações disponíveis acerca do planejamento do genocídio. O *Force Commander* da UNAMIR, General Romeo Dallaire, tinha informações detalhadas, provenientes de várias fontes, de que um terrível massacre da minoria tutsi era iminente. Embora ele tivesse avisado a sede da ONU em Nova York, com um alerta da fonte mais explícita, que era humana, e tivesse pedido permissão para agir preventivamente, a Organização considerou o alerta apenas mais um rumor ou até mesmo uma tentativa de manipular suas ações (VAN KAPPER, 2003).[43] [44] Consequentemente, quando o massacre começou, Gal Dallaire não tinha nem os meios, nem a autorização (um mandato) para tentar prevenir o genocídio (CHARTERS, 1999).

Havia, portanto, informações disponíveis da iminência do massacre. Porém, devido à falta de uma estrutura de inteligência em Ruanda capaz de conferir precisamente essas informações, o alerta passado para a sede em Nova York através do *Force Commander*, baseado em uma fonte clandestina, não foi (ou ao menos não pode ser) crível. Do ponto de vista ético, a ONU não poderia de fato ter confiado em informações de apenas uma fonte humana. Contudo, se houvesse algum aparato de inteligência em Ruanda, tais informações poderiam ter sido verificadas em tempo hábil para agir, tentando evitar o genocídio. Aparentemente, a ONU percebeu tal falha e, quando retornou à Ruanda após o genocídio, levou um *staff* de cinco oficiais de inteligência, que fez amplo uso de fontes abertas (CHARTERS, 1999).

Por conseguinte, o massacre em Ruanda influenciou a mudança de abordagem da ONU para a atividade de inteligência, uma vez que as evidências sugeriram que uma capacidade de inteligência mais robusta na Organização poderia ter revelado de modo mais crível os planos do genocídio (DORN, 2010). O caso também tornou evidentes os problemas relacionados à utilização de HUMINT pela ONU, que, dependendo do tipo, varia da zona de coleta permitida para a questionável e a proibida (DORN, 1999). Segundo o espectro definido por Dorn (1999), ao

---

[43] O informante, segundo Cammaert (2003), era “Jean Pierre”, um líder de milícia altamente colocado.

[44] Segundo Charters (1999), Gal Dellaire teria enviado um fax para a sede da ONU em Nova York, assinalando os detalhes da conspiração, pedindo permissão para invadir os depósitos de armas para prevenir o genocídio, bem como pedindo asilo a seu informante. Contudo, a ONU recusou-se a aceitar informações adquiridas por meios clandestinos e negou os pedidos do General.

passo que informantes não pagos estão entre o permitido e o questionável, os recompensados estão no questionável e os pagos (agentes) no proibido.[45]

2.3.3 UNPROFOR (1992-1995)

O conflito na Bósnia iniciou depois que os sérvios de origem bósnia, liderados por Radovan Karadzir, opuseram-se, com resistência armada, à declaração da independência da Bósnia e Herzegovina em abril de 1992, pois o ato frustraria seus planos de construção da "Grande Bósnia". Havia três partes conflitantes: croatas, mulçumanos e sérvios (LARSSON, 2010). O envolvimento da ONU na região começou com o estabelecimento da Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR) na Croácia, com o mandato de garantir que as três determinadas áreas de proteção (*United Nations Protected Areas*, UNPAs) fossem desmilitarizadas e que todos os seus residentes fossem protegidos contra um possível ataque armado (UNSC, 1992e). Ainda no que tange à Croácia, o mandato seria ampliado três vezes: para monitorar determinadas áreas no país (as chamadas *pink zones*) (UNSC, 1992f); para permitir que a missão controlasse a entrada de civis nas áreas de proteção e desempenhasse algumas funções de controle de imigração e alfândega nas suas fronteiras internacionais (UNSC, 1992g); para assumir responsabilidades de monitoramento da desmilitarização da península de Prevlaka (UNSC, 1992h).

Quando o conflito intensificou-se e estendeu-se à Bósnia e Herzegovina, o mandato foi ampliado para que também cobrisse essa região, a fim de proteger o aeroporto de Sarajevo e prestar assistência humanitária para a capital e arredores (UNSC, 1992i). Logo o mandato foi novamente ampliado, a fim de permitir à UNPROFOR auxiliar os esforços do ACNUR na entrega de ajuda humanitária para toda Bósnia e Herzegovina e para proteger os comboios de civis detidos e então liberados, caso isso fosse solicitado (UNSC, 1992j).[46] A ampliação seguinte, com base no Capítulo VII, foi declarar a região de Srebrenica uma área que não poderia sofrer ataques (UNSC, 1993d). Finalmente, em março de 1995, o CSNU optou por reestruturar a

---

[45] Para uma análise sobre a inteligência no processo decisório do CSNU a partir do caso de Ruanda, recomendamos Torres (2014).

[46] Há outras inúmeras resoluções que podem ser consideradas como ampliação do mandato da UNPROFOR. Todavia, devido aos limites do presente trabalho, optou-se por citar apenas as consideradas mais importantes.

UNPROFOR, substituindo-a por três operações de manutenção da paz separadas, porém interligadas (UN, 2014k).

A UNPROFOR foi amplamente criticada e é tida como uma missão que falhou. Svensson (2003) assinala que a ONU realmente não parou a guerra. Todavia, essa não era sua tarefa. O mandato tinha como foco apoiar o trabalho humanitário e proteger algumas áreas – o que, em grande medida, também foi falho. Maceda (2007, p.36-37, tradução nossa) ressalta que

> Enquanto a ONU teve algum sucesso em fornecer ajuda às comunidades necessitadas, ela falhou na sua missão de proteger essas zonas da violência – em torno de 20 mil civis, a maioria mulçumanos bósnios, morreram em torno das áreas ditas de segurança. Em julho de 1995, na "área de segurança" de Srebrenica, na Bósnia, o Exército Sérvio Bósnio fez reféns 48 *peacekeepers* holandeses da UNPROFOR enquanto "aterrorizava" 30 mil moradores mulçumanos bósnios. Sérvios bósnios mataram entre 6 mil e 8 mil homens e meninos mulçumanos bósnios. O batalhão holandês sabia que os sérvios bósnios rondavam a área de segurança, mas faltava boa inteligência sobre os objetivos sérvios.[47]

Segundo Maceda (2007), não havia mecanismos para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou para os membros da ONU entregarem inteligência para a sede em Nova York ou para a sede da missão. Isso resultou em um grande constrangimento operacional, uma vez que os batalhões nacionais em campo estavam sozinhos, e alguns países acabaram fazendo inteligência por conta própria, sem autorização da ONU. Larsson (2010, p. 13, tradução nossa) conclui que "[...] os esforços de inteligência não eram unificados: alguns países utilizavam inteligência para promover suas agendas próprias, outros tentavam manter suas tropas seguras, e as partes em conflito usavam a UNPROFOR para suas próprias necessidades de inteligência".[48] Outro problema, de acordo com Jund (2009), foi a questão da estrutura de comando. A OTAN deveria auxiliar a UNPROFOR de várias formas; contudo, o que acabou se criando foram duas estruturas paralelas de comando, ficando evidente que nenhum dos dois lados confiava no outro. O autor cita como exemplo o ataque a Srebrenica, sobre o qual a inteligência da OTAN – que era

---

[47] No original: *While the UN found some success in providing aid to needy communities, it failed in its mission to shield these zones from violence—up to 20,000 civilians, mostly Bosnian Muslim, died "in and around the safe areas." In July 1995 at the "safe area" of Srebrenica in Bosnia, the Bosnian Serb Army held 48 Dutch UNPROFOR peacekeepers hostage while it "terrorized" the 30,000 Bosnian Muslim residents. Bosnian Serbs killed between 6,000 and 8,000 Bosnian Muslim men and boys. The Dutch Battalion (Dutchbat) knew the Bosnian Serbs surrounded the safe area, but lacked good intelligence on Serb objectives*.

[48] No original*: intelligence efforts were not unified: some states used intelligence to promote its own agendas, others tried to keep its troops safe, and the warring parties used UNPROFOR for their own intelligence needs.*

muito mais robusta que a da ONU – tinha conhecimento, mas foi desacreditada pela estrutura de comando mais alta da ONU.

Larsson (2010) e Svensson (2003) ressaltam que havia sido estabelecido um *Multinational Information Office* (MIO) no Zagreb para auxiliar com inteligência o *Force Commander*. Jan Inge Svensson foi inclusive chefe do MIO e destaca que, de acordo com sua experiência quando chegou no Zagreb, o MIO contava com oficiais dos diferentes países, porém vários deles não detinham ou suficiente treinamento em inteligência, ou suficiente conhecimento sobre o conflito (SVENSSON, 2003). Além disso, Svensson (2003) admite que o MIO falhou em não conseguir prever a queda de Srebrenica, pois os oficiais não obtiveram informações sobre as intenções das facções envolvidas no conflito – que não respeitavam a liberdade de movimento da ONU – e tinham apenas vagas informações das tropas empregadas na área.

A consequência mais direta e rápida das falhas da UNPROFOR foi uma mudança no nível estratégico da ONU. As maiores críticas foram provenientes principalmente do *Force Commander* da UNPROFOR, Major General Lewis MacKenzie, que reclamou ter pouco suporte e nenhuma informação processada pela atividade de inteligência da burocracia da ONU em Nova York, enquanto ele e suas forças estavam em meio à guerra. Tal critica influenciou decisivamente o estabelecimento do SITCEN na sede em Nova York.[49] Por último, assinala-se que, assim como na Somália, a ONU enfrentou com a UNPROFOR uma tarefa que ela não estava suficientemente equipada para lidar. Tais missões, porém, somente influenciariam a mudança na abordagem da Organização nos níveis operacional e tático das missões apenas nos anos 2000.

Procuramos sistematizar, no presente capítulo, a evolução das estruturas de inteligência no Secretariado de 1945 a 2001 e a evolução em campo. Durante a Guerra Fria (1945-1990), o perfil do desenvolvimento da atividade de inteligência nas operações de paz foi baixo, com exceção do caso da ONUC, que fez uso deliberado da atividade de inteligência. Já no imediato pós-Guerra Fria (1991-2000), os acontecimentos apresentados, a partir dos casos da UNOSOM, da UNAMIR e da UNPROFOR, levariam a uma mudança de abordagem para a atividade de inteligência. Tal mudança é analisada no capítulo a seguir. Primeiramente, destacaremos a evolução das estruturas de inteligência no Secretariado da ONU de 2001 a 2014 e, posteriormente, as evoluções em campo, exemplificadas através dos casos da MINUSTAH,

---

[49] Sobre a criação do SITCEN, ver seção 2.1; sobre seu papel atual, ver seção 3.1.

UNMIS e MONUSCO, a fim de verificar o suposto desenvolvimento e institucionalização da atividade de inteligência em operações de paz no início do século XXI.

3 ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA EM OPERAÇÕES DE PAZ (2001-2014)

No início do século XXI, a ONU finalmente passou a dar o devido valor à sistematização da atividade de inteligência nas operações de paz. Após um período de mais de quatro décadas (1945-1989) em que praticamente se ignorou sua necessidade e de cerca de uma década (1990-2000) em que se lutou para encontrar um lugar adequado à inteligência, a partir de 2001, a Organização começou a criar órgãos e dedicar recursos para a atividade no contexto das operações de paz (DORN, 2010).

As mudanças mais significativas tiveram início e tomaram forma a partir de uma publicação que ficou conhecida como “Relatório Brahimi”, editada em 2000. Para responder às falhas da década de 1990, o então Secretário Geral Boutros-Ghali convocou o “Painel sobre as Operações de Paz da ONU”, liderado pelo argelino Lakhdar Brahimi, com o objetivo de examinar a condução das operações de paz existentes e recomendar melhorias. O relatório reconheceu que a falta de capacidade de coleta, processamento e análise de informações no nível global estava impedindo a Organização de conduzir com sucesso suas operações de paz (JUND, 2009).

O “Relatório Brahimi” recomendou mudanças drásticas na doutrina de operações de paz, redefinindo alguns de seus princípios básicos (JUND, 2009). Embora o consentimento das partes, a imparcialidade e o uso da força somente em defesa própria continuassem a ser princípios fundamentais de uma operação de paz, a experiência mostrou eles deveriam ser revistos. O documento pontuou a necessidade de permitir aos “capacetes azuis” o uso da força não só para defenderem-se, mas também para defender os componentes e o mandato da missão – o que, de fato, transformou-se em prática (UNGA; UNSC, 2000). Além disso, o Relatório recomendou melhoras nas estruturas de comando e controle (C^2) e destacou a necessidade de capacidade de inteligência nos níveis estratégico, operacional e tático (UNGA; UNSC, 2000).

Embora a publicação do Relatório tenha tido valor ímpar como documento oficial a recomendar que se levasse em conta a importância da atividade de inteligência, nem todas as suas recomendações foram seguidas. Por exemplo, a criação do *Information and Strategy Analysis Secretariat* (EISAS) no âmbito do *Executive Committee on Peace and Security* (ECPS), a fim de

auxiliar a tomada de decisões no nível estratégico, nunca ocorreu.[50] Porém, relatórios posteriores insistiriam na necessidade da inteligência neste nível, tais como o relatório "*A more secure world: our shared responsibility*", resultante do "Painel sobre Ameaças, Desafios e Mudanças", de 2004. O novo relatório enfatizou, entre outros pontos, a necessidade do compartilhamento de inteligência entre os países (UNGA, 2004).

Nesse contexto, a ONU publicou, em 2008, o documento "*United Nations Peacekeeping: Principles and Guidelines*", que ficou conhecido como "Doutrinha Capstone", um manual que fornece suporte e orientação quanto à preparação, ao planejamento e à execução de uma missão de paz. O documento identifica as vantagens e limitações dessas missões e assinala os princípios básicos que devem guiar o planejamento e a condução das mesmas. Além disso, o manual enfatiza a prevenção de conflitos, os três princípios básicos das operações de paz já citados anteriormente, bem como a necessidade de uma abordagem integrada para a administração das missões, com o suporte de estruturas para tal finalidade, tais como o JMAC e o JOC (UN, 2008).[51]

Percebe-se que as mudanças ocorridas na abordagem da ONU em relação à inteligência a partir de 2001 foram evidentes, o que pode ser comprovado tanto pela publicação de documentos especializados pela Organização, quanto pelas alterações percebidas na prática das operações de paz. Tais mudanças foram não somente uma adaptação ao novo contexto de conflitos, mas também uma resposta ao criticismo em relação às falhas da década de 1990, como procuramos mostrar no capítulo anterior.

Sendo assim, com a finalidade de verificar o desenvolvimento e a institucionalização da atividade de inteligência nas operações de paz, segue, na próxima secção, uma análise do desenvolvimento da atividade no nível estratégico da ONU, i.e., no âmbito do Secretariado, durante o período de 2001 a 2014. Em seguida, uma análise do desenvolvimento da atividade de inteligência nos níveis operacional e tático, a partir da exemplificação de três operações de paz realizadas no mesmo período, quais sejam: MINUSTAH, UNMIS e MONUSCO. Busca-se,

---

[50] Quanto à não concretização do EISAS, Chesterman (2009, p.12) assinala que, no momento em que o EISAS foi referido como uma "CIA para a ONU", ele morreu politicamente. Embora alguns Estados mostrassem preocupação com o envolvimento da ONU com atividades de espionagem, a preocupação real parecia recair sobre uma possível colisão entre o potencial de alertas antecipados e a violação das soberanias nacionais.

[51] O JMAC e o JOC serão aprofundados na seção 2.2.

assim, demonstrar empiricamente o desenvolvimento e a institucionalização da atividade de inteligência no âmbito das operações.

3.1 Nível estratégico: estruturas de inteligência no Secretariado da ONU (2001-2014)

A partir da publicação do "Relatório Brahimi", puderam ser observados vários esforços concretos e significativos no sentido da criação de estruturas de inteligência no nível estratégico da ONU. Conforme Dorn (2005), o bombardeio do complexo da Organização no Iraque, em 19 de agosto de 2003, reforçou a necessidade de avaliação de ameaças e riscos, alertas antecipados e análise estratégica, os quais deveriam basear-se em inteligência. Assim sendo, foram feitas modificações significativas no âmbito do DPKO, com a criação de novas estruturas e de um novo departamento, o Departamento de Suporte (DFS), além de alguns desenvolvimentos no âmbito do DPA e do OCHA.

Em 2007, portanto, o DPKO foi reestruturado, sendo criado o DFS (UNGA, 2007). O DPKO manteve a função de fornecer as direções políticas e executivas para as operações de paz existentes, além de manter os contatos com o CSNU, com os contribuidores de tropas e recursos financeiros e com as partes envolvidas nos conflitos (UN, 2014l). A partir das reformas no DPKO, a Divisão Militar tornou-se o Escritório de Assuntos Militares (OMA), destacando-se, em seu âmbito, o Escritório do Consultor Militar, que conta com o Serviço de Planejamento Militar (MPS). O MPS dedica-se a implementar os aspectos militares das operações de paz, conforme mandato do CSNU, incluindo o desenvolvimento de modelos para o componente militar da missão, além de gerar inteligência que possa ser integrada ao planejamento multidimensional da missão (EKPE, 2007). Ainda, em 2009, foi criado o Time de Avaliação (*Assessment Team*) no âmbito do OMA, com a finalidade de elaborar análises estratégicas de informações militares para além da missão em campo, antecipando potenciais ameaças (DORN, 2010, NORHEIM-MARTISEN, 2011).

O DFS acumulou as funções que antes eram exercidas pelo Escritório de Suporte de Missão do DPKO e pelo Departamento de Gerenciamento (XAVIER, 2011), sendo responsável por fornecer suporte em diferentes áreas (finanças, logística, informação, comunicação e tecnologia, recursos humanos e administração geral) para auxiliar as missões de paz (UN, 2014m). No interior do DFS, destaca-se o Departamento de Suporte Logístico, que conta com o

Serviço de Suporte Operacional, o qual tem como funções o planejamento de operações e o estabelecimento de diretrizes sobre procedimentos e conceitos referentes às atividades de suporte nas operações de paz (XAVIER, 2011).

Ainda, assinala-se que o *Situation Centre* (SITCEN) manteve-se componente do sistema, no âmbito de ambos os departamentos (DPKO e DSF), e continuou tendo funções importantes, tais como coordenação e monitoramento, conforme assinala EKPE (2007, p.388, tradução nossa):

> Os principais objetivos incluem agora a coleta de informações civis e militares no nível estratégico para auxiliar os tomadores de decisões. O Centro atua como um ponto de contato na sede das Nações Unidas para todas as missões do DPKO em campo, e fornece uma ligação de comunicação 24 horas entre os membros seniores da equipe localizados na sede, nas missões em campo, nas organizações humanitárias e nos Estados membros, por meio de suas missões diplomáticas. O Centro monitora as operações de paz em campo, com especial atenção para situações potencialmente ameaçadoras ao pessoal da ONU. Seu Centro de Crise fornece suporte ao gerenciamento de crises no caso de uma missão de paz ter sido implementada em um prazo curto.[52]

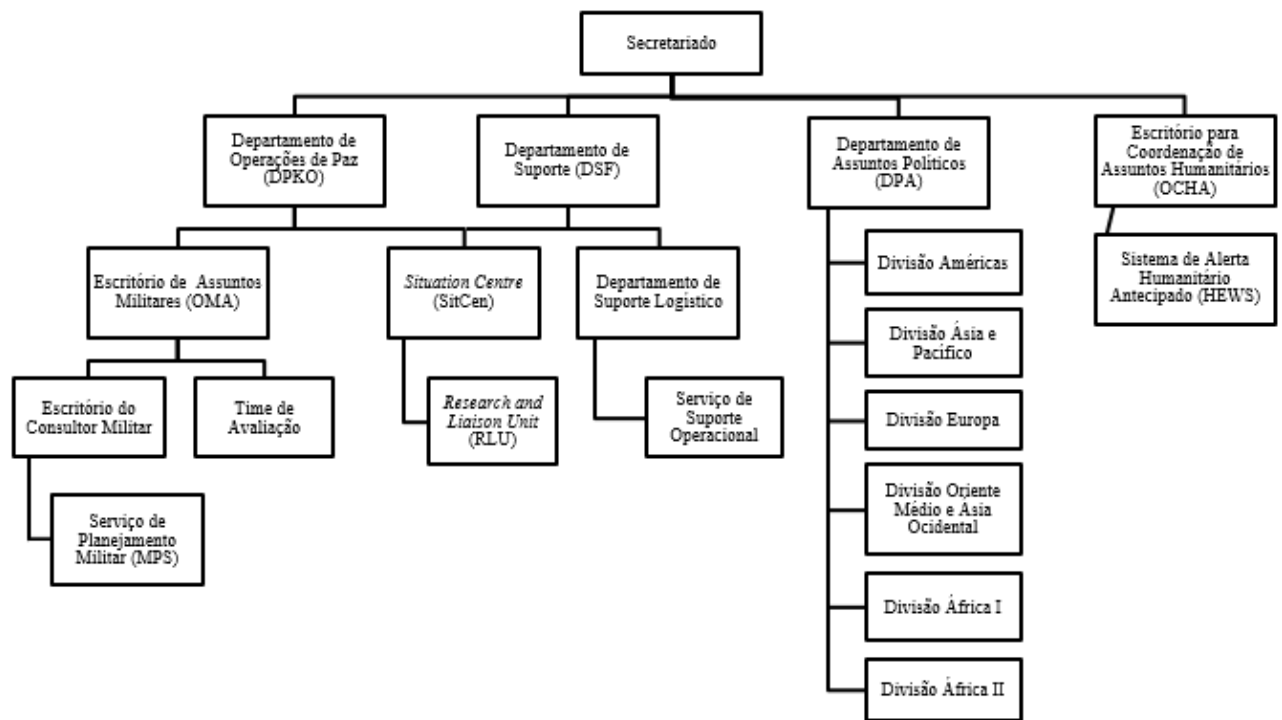
Destaca-se, ainda, a criação da *Research and Liaison Unit* (RLU), responsável por fornecer ao SITCEN capacidade analítica para empreender pesquisas, de médio e longo prazo, sobre questões políticas, securitárias e operacionais correntes, a afetar as missões em campo (NORHEIN-MARTISEN, 2011).

O DPA, por sua vez, cuja função é informar o Secretariado sobre supostas ameaças à paz e à segurança internacional, foi divido por regiões geográficas, as quais se alteram ao longo do tempo, de acordo com as mudanças no sistema internacional (EKPE, 2007). A configuração atual estabelece as seguintes regiões: Divisão Américas, Divisão Ásia e Pacífico, Divisão Europa, Divisão Oriente Médio e Ásia Ocidental, Divisão África I e Divisão África II (UN, 2014g). Conforme assinala Ekpe (2007), entre 1945 e 1990 as atividades do DPA estavam fortemente relacionadas com a Guerra Fria e a descolonização; a partir de 1990, direcionaram-se para a diplomacia preventiva e o terrorismo.

---

[52] No original: *Its principal aims now include collating civilian and military information at the strategic level for decision-making. The Centre acts as a point of contact at UNHQ for all DPKO field missions, and provides a 24-hour communication link among senior staff members at the headquarters, field missions, humanitarian organizations, and member states through their diplomatic missions. The Centre monitors peacekeeping field missions, with particular attention to potentially threatening situations for UN personnel. Its Crisis Centre provides crisis management support in the event that a peacekeeping mission has to be implemented at short notice.*

Já o OCHA, cuja função é estabelecer e coordenar operações de ajuda humanitária emergenciais, conta com o Sistema de Alerta Humanitário Antecipado (HEWS), responsável por identificar potenciais crises com implicações humanitárias, por meio da análise de informações e da avaliação de tendências (EKPE, 2007; XAVIER, 2011). A Figura 1 fornece um panorama geral simplificado das principais estruturas atualmente relacionadas com algum tipo de atividade de inteligência no âmbito do Secretariado da ONU.

Figura 1 – Estruturas de Inteligência no Secretariado da ONU

Fonte: Elaboração própria, com base em UN (2014f, 2014g, 2014l, 2014m), Norheim-Martinsen; Ravndal (2011) e Ekpe (2007).

Por último, assinala-se que alguns programas especiais da ONU também têm funções relacionadas à atividade de inteligência, dedicando unidades de pesquisa e análise para auxiliar políticas departamentais ou para servirem a outros órgãos da Organização, tais como o *United Nations Institute of Disarmament Research* (UNIDIR), o *Department of Economic and Social Affairs* (DESA), e o *Research and Analysis Unit in the United Nations High Commission for Refugees* (UNHCR) (EKPE, 2007).

Sendo assim, conclui-se que vários dos esforços com objetivo de obter um maior suporte à inteligência no Secretariado foram concretizados no período de 2001 a 2014. No entanto, frisa-se que, embora estruturas relevantes tenham sido criadas (tais como o MPS, o Time de Avaliação, o RLU e o HEWS), elas precisam desenvolver-se e aprimorar suas capacidades, ainda incipientes. É importante sempre levar em conta, porém, os limites do desenvolvimento da atividade de inteligência no nível estratégico, dada a relutância e a desconfiança histórica entre os países membros da ONU, conforme apresentado no capítulo anterior, seja por medo de que os Estados mais poderosos utilizem tal capacidade para o seu benefício, seja por medo que se fira suas soberanias nacionais. Por ora, carece-se de qualquer conclusão mais precisa acerca do desempenho dessas unidades, visto que ainda são muito recentes e carecem ainda de maturação para serem efetivamente avaliadas.

3.2 Nível operacional e tático: início do século XXI

Se no nível estratégico ocorreram evoluções no sentido de institucionalizar e desenvolver algum tipo de atividade de inteligência no âmbito do Secretariado da ONU, no nível operacional e tático não foi diferente. Destaca-se como maior avanço nesse âmbito o estabelecimento dos JMACs. Em 2006, o DPKO adotou uma política de que um *Joint Mission Analysis Centre* (JMAC) e um *Joint Operations Centre* (JOC) deveriam ser estabelecidos em todas as operações de paz (UN, 2006).[53] A função do JMAC, uma estrutura multidisciplinar, é produzir análises integradas para a gestão da missão, o que mostra a capacidade da ONU em produzir avaliações de inteligência de alta qualidade quando tem o mandato e os recursos necessários (RAMJOUÉ, 2011a). Conforme assinala Maceda (2007), a implementação bem-sucedida do JMAC é uma prova da necessidade de inteligência no nível operacional, além de demostrar a aceitação dos países membros da ONU de que um JMAC, sendo no nível da operação, não ameaça suas soberanias.

Segundo Shetler-Jones (2008), os JMACs têm sido bem-sucedidos em suas funções em várias missões. Todavia, seu potencial de contribuição para a integração da missão ainda não foi totalmente realizado, visto que o DPKO, que subordina o JMAC, está mais voltado para questões

---

[53] Em 2010, no entanto, o DPKO mudou sua política, assinalando que a decisão de ter um JMAC na missão dependeria do mandato e do ambiente da mesma, além da necessidade do chefe do JMAC ser um civil (RAMJOUÉ, 2011a).

operacionais do que estratégicas. Além disso, várias missões engajaram-se, a partir do bom uso do JMAC, no que Dorn (2009) cunhou de "*intelligence-led operations*", i.e., operações conduzidas para ganhar em inteligência ou dirigidas de acordo com o tempo e os objetivos de inteligência. Esse tipo de operação foi utilizado na pacificação das favelas de Porto Príncipe, no Haiti, entre dezembro de 2006 e março de 2007.

Entre 2001 e 2014, foram estabelecidas 15 operações de manutenção da paz, sendo elas: UNMISET, UNMIL, UNOCI, MINUSTAH, ONUB, UNMIS, UNMIT, UNAMID, MINURCAT, MONUSCO, UNISFA, UNMISS, UNSMIS, MINUSMA e MINUSCA (UN, 2014b).[54] Nas seções seguintes, busca-se exemplificar os desenvolvimentos, os potenciais e os limites da atividade de inteligência em algumas dessas operações, quais sejam: a MINUSTAH, por ter sido a missão pioneira e ser tida pela literatura como exemplar no uso da inteligência no século XXI; a UNMIS, por demonstrar, ao mesmo tempo, o desenvolvimento e as limitações da atividade; a MONUSCO, por ser a maior missão de paz em andamento, bem como por demonstrar os desenvolvimentos mais recentes, principalmente a utilização de outros recursos para coleta que não somente a HUMINT. Além disso, trata-se de três missões de ampla envergadura, nas quais há uma preocupação significativa em relação ao gerenciamento e compartilhamento de informações (RAMJOUÉ, 2011a).[55] Ou seja, são missões nas quais o desenvolvimento e a institucionalização da atividade de inteligência mostram-se relevantes para o cumprimento do mandato.

Devido às missões serem relativamente recentes, assinala-se que a bibliografia acadêmica é ainda escassa (com exceção da MINUSTAH). Assim, além da utilização de relatórios sobre as missões, foram realizadas entrevistas no formato semiestruturado, com militares e civis, acadêmicos ou não, que estiverem ou tem conhecimento sobre operações de paz. Assinalamos desde já, a despeito do valor e contribuição das entrevistas realizadas para o trabalho, que estas

---

[54] Por extenso: Missão de Apoio das Nações Unidas no Timor Leste (UNMISET), Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL), Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI), Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), Operação das Nações Unidas em Burundi (ONUB), Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS), Missão das Nações Unidas no Timor Leste (UNMIT), Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur (UNAMID), Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e no Chade (MINURCAT), Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO), Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA), Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul (UNMISS), Missão de Supervisão das Nações Unidas na Síria (UNSMIS), Missão das Nações Unidas de Estabilização Multidimensional Integrada no Mali (MINUSMA) e Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA).

[55] Em missões menores, os fluxos de informações são mais fáceis, uma vez que há menos informações no geral e os *staffs* são normalmente menores (RAMJOUÉ, 2011a).

possuem algumas limitações, uma vez que não logramos entrevistar pessoas de todos os níveis da cadeia de comando de cada missão para se ter um panorama mais completo da atividade de inteligência. No caso da MINUSTAH, fomos mais bem-sucedidos, pois entrevistamos um *Force Commander* e dois oficiais militares dos batalhões brasileiros. No caso da UNMIS, entrevistamos dois oficiais militares do *Team Site*.[56] No caso da MONUSCO, entrevistamos uma funcionária da ONU, também acadêmica, que participou da MONUC e realizou pesquisa sobre os JMACs das missões de paz em andamento no ano de 2011, incluindo a MONUSCO e UNMIS. O roteiro da entrevista e os nomes dos entrevistados encontram-se, respectivamente, no Apêndice A e no Apêndice B.

3.2.1 MINUSTAH (2004-presente)

Na década de 1990, Jean Bertrand Aristide foi eleito Presidente do Haiti, apoiado pelos EUA, com a promessa de organizar o país. A busca da estabilidade foi auxiliada por uma série de operações de paz da ONU (DORN, 2009). Em 2004, em virtude do aumento dos conflitos entre gangues, da corrupção no governo de Aristide e das rebeliões, o então presidente foi removido. Nesse contexto, os EUA conseguiram autorização do CSNU para estabelecer uma força multinacional a fim de criar condições de segurança e estabilidade no país (DORN, 2009). Logo foi estabelecida como uma operação de manutenção da paz da ONU, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), com o mandato de estabelecer um ambiente seguro e estável, auxiliar o governo de transição e a polícia nacional, além de promover os direitos humanos (UNSC, 2004).

Para examinar a atividade de inteligência desenvolvida na missão, pode-se dividir a análise em dois períodos: de abril 2004 a novembro de 2006 e de dezembro 2006 a outubro 2014. No primeiro momento, havia uma deficiência significativa em inteligência, conforme assinalou o entrevistado General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, brasileiro, *Force Commander* da MINUSTAH de maio de 2004 a setembro de 2005:

> No caso do Haiti, o Estado Maior da Força de Paz inclui uma Seção de Inteligência, coordenada, como as demais seções do Estado-Maior, pelo Chefe do Estado-Maior da Força de Paz, que, por sua vez, reporta-se ao *Force Commander* [...] As informações

---

[56] Os *Team Sites* realizam atividades de verificação e coleta de informações (através de patrulhas) e de monitoramento.

> deviam acontecer por um trabalho conjunto da inteligência da força militar e desse grupo civil [seção responsável pela integridade da sede da missão e pela proteção das autoridades políticas da ONU], porém custou para que isso acontecesse de forma integrada e sistemática. [...] O orçamento da missão deveria contemplar recursos financeiros a serem empregados na área de inteligência (que inclui as atividades de contra inteligência e as operações psicológicas). [...] Faltavam também analistas de inteligência, para melhor aproveitar as informações colhidas.

Já no segundo momento, depois das dificuldades enfrentadas no ano de 2005 para conter as gangues em Porto Príncipe (que constantemente eram ajudadas pela polícia nacional haitiana), foi instalado um JMAC, entre o final de 2005 e o início de 2006. Foi justamente a partir do momento em que o JMAC iniciou o fornecimento de inteligência, que a MINUSTAH conseguiu empregar operações contra as gangues, incluindo operações noturnas – pela primeira vez no âmbito da ONU – e pacificar Cité Soleil, favela de Porto Príncipe. "[...] a ONU empregou operações bem planejadas e bem executadas lideradas pela inteligência entre dezembro de 2006 e março de 2007, atingindo o efeito desejado [...]" (DORN, 2009, p. 814, tradução nossa).[57] Diedzic e Perito (2008) também concluem que uma contribuição significante para o sucesso das campanhas contra as gangues foi o fornecimento de inteligência tática em tempo real pelo JMAC. Dorn (2009) destacou que os "pacotes-alvo" (do inglês, *target-packages*), fornecidos pelo JMAC, foram essenciais para as operações de pacificação de Porto Príncipe, uma vez que incluíam informações pessoais dos líderes das gangues, o que auxiliava na tarefa de prendê-los. Tais operações tornaram possível ao governo haitiano e à ONU controlar todos os setores de Porto Príncipe (DORN, 2009).

Conforme dados levantados por Ramjoué (2011a), o JMAC contava com um *staff* internacional de aproximadamente 30 pessoas. O Chefe do JMAC, civil, responsável por supervisionar as atividades da unidade e assessorar com inteligência o Representante Especial do Secretário Geral (SRSG), tinha acesso direto ao *Force Commander*, ao *Police Commissioner* e a outros componentes chaves da missão. Na estrutura do JMAC, os três componentes principais eram: a Unidade de Análise Estratégica; a Unidade de Análise Operacional e Suporte ao Planejamento; a Unidade de Análise de Coleta (DORN, 2009).

Quanto à coleta de informações, fez-se amplo uso de HUMINT e IMINT (DORN, 2009). Porém, não havia SIGINT nem esforços de contra inteligência. Os informantes humanos

---

[57] No original: *The UN employed well-planned and well-executed intelligence-led operations from December 2006 to March 2007, achieving the desired effect, despite initial setbacks.*

confiáveis foram significativos para as operações. Também o foi a IMINT, uma vez que as imagens de líderes e participantes das gangues permitiram prendê-los; permitiu, ainda, a produção de importantes mapas (DORN, 2009). O entrevistado Tenente-Coronel Clynson Silva de Oliveira, que esteve como oficial de assuntos civis na MINUSTAH durante sete meses do ano de 2007, apontou que havia coleta de informações dentro do Batalhão Brasileiro (BRABAT) em Porto Príncipe. No BRABAT, fazia-se amplo uso da inteligência etnográfica, sendo as principais fontes as ONGs, a polícia haitiana e a população local. Tenente-Coronel Clynson destaca também que não havia solicitações específicas de inteligência do topo da cadeia do comando em direção aos batalhões e, por isso, eles acabavam coletando inteligência a partir do que havia sido definido como mandato da missão e das necessidades do batalhão.

Em relação aos produtos da inteligência operada na MINUSTAH, eles podem ser classificados em seis tipos, conforme Dorn (2009): "pacotes-alvo"; *briefings* semanais de inteligência para o SRSG; resumos semanais de inteligência; avaliações de ameaças para visitantes importantes e para o processo eleitoral; relatórios da situação (SITREP) diários e semanais para Nova York; relatórios instantâneos e sobre assuntos urgentes.

No que tange ao compartilhamento de informações, Dorn (2009) destaca que, apesar da existência de encontros semanais, o compartilhamento ainda era precário entre as agências da ONU. O entrevistado Major Aírton Soares, que esteve no 18º Contingente Brasileiro (BRABAT 18) no segundo semestre de 2013, destacou os encontros semanais: "As reuniões semanais de inteligência (promovidas pela MINUSTAH) eram importante ferramenta, oportunidades em que os dados de inteligência ou informações mais recentes, de interesse comum, eram divulgados por qualquer integrante". Já o TC Clynson destacou as reuniões semanais no nível dos batalhões de determinada área, a partir das quais eram formulados os relatórios que seriam passados ao JMAC. Ele ainda informou que o fluxo de informações era maior do batalhão em direção ao JMAC, sendo muito raro o contrário. Ramjoué (2011a) também assinalou que as equipes forneciam seus *inputs* ao JMAC, mas poucos *outputs* do JMAC retornavam-lhes. Essa situação justifica-se, haja vista que determinados produtos do JMAC são considerados confidenciais, o que implica limites à sua disseminação.

Quanto ao *Joint Operations Centre* (JOC), que também foi instituído na MINUSTAH, Dorn (2009) frisa que a divisão de trabalho entre este e o JMAC não era clara, o que demonstra sérios problemas de coordenação. Para começar, segundo o autor, o JOC era nomeado

inapropriadamente, uma vez que sua função era muito mais de gerar informações do que de atuar em operações, sendo responsável pelas informações sobre operações em andamento e relatórios de situação do dia a dia. Por sua vez, o JMAC era responsável por auxiliar os planos de operações e, às vezes, auxiliar as operações colocando seu pessoal em campo. Ramjoué (2011a) faz a ressalva de que a estrutura e o foco do JMAC evoluem de acordo com a situação no país onde ele está estabelecido. Sendo assim, cabe destacar que, após o desmantelamento das gangues armadas, o JMAC da MINUSTAH diminuiu o número do *staff* militar especializado em montar operações e aumentou o número do *staff* policial, mais experientes em monitorar ativadas criminais do dia a dia (RAMJOUÉ, 2011a).

Por último, vale assinalar que, após a pacificação de Cité Soleil, a situação no Haiti começou a melhorar gradativamente. Em 2009, o então *Force Commander* da MINUSTAH definiu a situação de segurança no Haiti como estabilizada (SOUZA NETO, 2012). Contudo, a melhora foi revertida em 2010, devido ao terremoto que atingiu o país, principalmente a região da capital, o que levou o CSNU a aumentar o nível das forças da MINUSTAH, a fim de auxiliar na recuperação do país (UNSC, 2010a). Somente quando a situação da segurança voltou a melhorar é que a ONU reduziu o número das forças de paz. A última resolução do CSNU sobre a MINUSTAH prevê que a missão permaneça no país até 15 de outubro de 2015 (UNSC, 2014a).

Portanto, a MINUSTAH demonstrou o potencial da atividade de inteligência no âmbito da ONU em campo, tanto no nível operacional, quanto no tático. Dentro das necessidades da missão, a atividade de inteligência foi desenvolvida de forma relativamente efetiva, o que foi provado pelo sucesso das operações para combater as gangues em Porto Príncipe no período 2006-7. Vale assinalar que, conforme Ramjoué (2011a), a efetividade do JMAC também depende da relação da missão com o governo do país, o que ocorreu de maneira positiva e contribuiu no caso da MINUSTAH, uma vez que os interesses do governo haitiano estavam alinhados com o mandato da missão em relação ao desmantelamento das gangues. A missão ficou como um marco no uso de inteligência pela ONU, influenciando a adoção de uma abordagem mais assertiva da atividade pela Organização.

3.2.2 UNMIS (2005-2011)

Em 9 de janeiro de 2005, o governo do Sudão e o Exército/Movimento Popular de Libertação do Sudão (SPLM/A) assinaram o Amplo Acordo de Paz (CPA), após 21 anos de guerra civil entre o norte e o sul do país. O conflito causou a morte de mais de dois milhões de pessoas, levou quatro milhões a deixarem seus locais forçadamente e em torno de 600 mil a deixarem o país como refugiados. O acordo incluía a partilha de poder na capital, Cartum; a concessão de autonomia para o sul, com previsão de um referendo em 2011 sobre a independência da região; e a distribuição mais equitativa dos recursos econômicos, incluindo o petróleo (UN, 2014n). Nesse contexto, foi estabelecida a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) em março de 2005, com o mandato de auxiliar a implementação dos pontos do CPA; facilitar e coordenar o retorno voluntário dos refugiados e das pessoas deslocadas internamente; fornecer assistência humanitária; contribuir na proteção e promoção dos diretos humanos no país e coordenar os esforços na proteção de civis. Além disso, a UNMIS estava autorizada a tomar as medidas necessárias para proteger seu pessoal e civis sob ameaça iminente de violência física (UNSC, 2005).[58]

A discussão sobre a atividade de inteligência desenvolvida na UNMIS é mais limitada do que na MINUSTAH, devido à carência de referências acadêmicas e relatórios.[59] Nesse sentido, não se logrou obter informações mais detalhadas sobre o funcionamento do JMAC nessa missão. As informações e a análise que seguem foram baseadas na escassa bibliografia existente sobre o assunto e nas duas entrevistas realizadas com militares brasileiros que estiveram no Sudão.

Destaca-se, primeiramente, o período inicial da missão, quando não havia ainda o JMAC. Giffen (2011) discute a questão da proteção aos civis na missão nesse primeiro momento, assinalando que a UNMIS foi implantada para observar e monitorar o CPA, não para fornecer uma proteção física mais robusta aos civis. Segundo o autor, faltavam recursos e sistemas adequados para uma atividade de inteligência efetiva capaz de produzir consciência situacional, a qual é crítica para o entendimento, a prevenção e a resposta efetiva às ameaças a civis (GIFFEN, 2011). O autor também destaca a falta de orientação do topo da cadeia de comando da missão nesse mesmo período. Os "capacetes azuis" ao longo da cadeia de comando não sabiam nem

---

[58] Os pontos do CPA que a UNMIS deveria prestar assistência incluíam: monitoramento e observação; auxílio no estabelecimento do programa de desarmamento, desmobilização e reintegração; auxilio na reestruturação do serviço policial no Sudão; assistência às partes para promover o Estado de Direito, a proteção dos direitos humanos, as eleições e o referendo, entre outros.

[59] A maioria dos estudos realizados sobre a UNMIS refere-se ao período anterior ao estabelecimento de capacidade de inteligência no âmbito da missão.

como interpretar e operacionalizar o mandato e as regras de engajamento para fornecer proteção efetiva. Tal circunstância somente seria alterada a partir de 2010, quando a UNMIS finalmente estabeleceu uma estratégia para a proteção de civis (GIFFEN, 2011).

O entrevistado Tenente-Coronel Doutor Mario Eduardo Moura Sassone, observador militar na UNMIS como oficial de operações do *Team Site*, afirma que a missão ainda estava sendo estruturando enquanto esteve no país, de dezembro de 2006 a dezembro de 2007. TC Sassone também apontou a inexistência de um canal efetivo do topo para baixo da cadeia de comando da missão, destacando que o *Team Site* não recebia muitas informações que fornecessem um direcionamento mais preciso a seu trabalho. A equipe elaborava relatórios diários de situação, enviados para o comando da missão em Cartum.

Já o JMAC foi inteiramente estabelecido e contava com um *staff* de aproximadamente 22 pessoas, tendo uma equipe que incluía analistas militares e uma divisão de assuntos políticos. O Centro funcionava com *staff* e orçamento próprios (RAMJOUÉ, 2011a). Contudo, ao questionarmos o entrevistado TC Sassone sobre o JMAC, ele afirma desconhecê-lo. Devido à falta de informações oficiais, a desconhecimento por parte do oficial leva-nos a deduzir que a célula de análise só foi implementada a partir de 2008 – ou seja, após a atuação de TC Sassone na missão. Mesmo em funcionamento, porém, o JMAC na UNMIS não parece ter sido tão útil quanto foi na MINUSTAH. O entrevistado Tenente-Coronel Doutor Andrei Clauhs, líder do *Team Site* da cidade de Bor entre os anos de 2008 e 2009, afirmou que, apesar de ter tomado conhecimento da existência do JMAC na missão, não havia relações diretas deste com sua equipe. Talvez isto esteja relacionado a um dos fatores levantado por Ramjoué (2011b): a dependência de fatores externos para a efetividade do JMAC na missão, tal como a posição da missão em relação ao governo anfitrião. Se no caso do Haiti, como foi destacado anteriormente, os interesses do governo estavam alinhados com os do mandato da MINUSTAH, no caso do Sudão, a situação foi diferente, uma vez que os objetivos do governo sudanês e da missão não estavam concordes (RAMJOUÉ, 2011b).

Em relação à coleta de informações, ambos os entrevistados afirmaram que a maior parte era através de HUMINT, enfatizando o contato com a população local, com as autoridades locais e com as ONGs. TC Clauhs apontou, ainda, que um dos problemas comuns durante a realização de patrulhas, momento no qual coletavam informações, era de que os militares e os civis acabavam indo ao mesmo local, porém separadamente, fazendo as mesmas perguntas às mesmas

pessoas. O entrevistado atribuiu tal duplicação de funções à falta de diálogo e relutância na interação entre civis e militares no âmbito da missão. Além disso, ele destacou a deficiência no fluxo de informações, apontando como causas a existência de desconfianças e a burocratização, o que deixava as células de trabalho da ONU bem compartimentadas.

No que tange aos produtos da inteligência, não conseguimos informações mais concisas. Sabemos, no entanto, com base nas duas entrevistas, que eram produzidos relatórios diários de situação, a partir das patrulhas realizadas pelo *Team Sites*.[60] Além disso, salienta-se que, conforme apontou o entrevistado TC Clauhs, na falta de *outputs* do JMAC, os *Team Sites* e os contingentes nacionais acabavam produzindo a inteligência da qual necessitavam, o que é comum a qualquer batalhão nessa situação. Por último, no que se refere ao compartilhamento de informações, é válido ressaltar que havia uma troca regular de informações da UNMIS com a MONUSCO – relacionada aos grupos rebeldes que operam nas fronteiras da RDC, da República Centro-Africana e do Sudão do Sul – e com a UNAMID – relacionada à coordenação de atividades ao longo dos respectivos lados das fronteiras (UNSC, 2011a).

A experiência da UNMIS evidencia que ainda são necessárias melhoras na atividade de inteligência operacional e tática. Operações mais complexas exigem um JMAC mais robusto e que forneça mais *outputs* – através do comando da missão –, a fim de direcionar de maneira mais efetiva o trabalho dos batalhões e *Team Sites* na coleta de informações e elaboração de relatórios. Contudo não se pode afirmar, com base apenas nos estudos existentes e na coleta de informações a partir das entrevistas, que a atividade foi ou não bem desenvolvida. Quando entrevistamos Melanie Ramjoué, que esteve como oficial de assuntos políticos na MONUC entre 2006 e 2008 e realizou pesquisa em 2011 com pessoal do JMAC da UNMIS, e a questionamos sobre o JMAC da missão, a oficial respondeu, com base em sua própria pesquisa, que a atividade de inteligência no Sudão realmente parecia problemática, sendo os produtos da célula de análise menos úteis como um todo.[61] No entendimento da entrevistada, isso pode ser decorrência da situação política

---

[60] Em entrevista, TC Sassone destacou que as patrulhas eram compostas por, no mínimo, dois observadores militares de países diferentes, um representante de cada parte envolvida no conflito (Forças Armadas do Sudão e SPLM/A) e um intérprete.

[61] A entrevistada Melanie Ramjoué trabalha atualmente no *Department of Political Affairs* (DPA) da ONU em Nova York. É importante assinalar que a entrevista concedida por Melanie Ramjoué representa seu ponto de vista em caráter pessoal, não representando, portanto, em hipótese nenhuma, o ponto de vista da ONU sobre a atividade de inteligência em operações de paz.

e das dificuldades em se trabalhar com o governo do Sudão, o que diminui o espaço de manobra para trabalhar localmente.

A UNMIS foi encerrada em 2011, quando o Sudão do Sul votou por sua separação e independência em relação ao resto do país. O CSNU decidiu, então, pelo estabelecimento de uma nova missão, ao considerar que a situação no Sudão do Sul continuava a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacional. A Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul (UNMISS) segue ainda em andamento (UNSC, 2011b).

3.2.3 MONUSCO (2010-presente)

Após o genocídio em Ruanda, cerca de 1,2 milhão de hutus ruandenses fugiram para a região vizinha Kivu, no leste da República Democrática do Congo. Nessa região, outra teve início em 1996, colocando as forças lideradas por Laurent Désiré Kabila, auxiliadas por Ruanda e Uganda, contra o exército do presidente da RDC, Mobutu Sese Seko. Em 1997, os rebeldes tomaram o poder da capital Kishasa e renomearam o país até então chamado Zaire para a atual denominação de República Democrática do Congo (RDC).[62] No entanto, já em 1998 novas rebeliões explodiram contra o então presidente Kabila, com os rebeldes tomando conta de grandes áreas do país. Enquanto Ruanda e Uganda apoiavam o movimento rebelde, Chade, Namíbia e Zimbabué prometiam a Kabila apoio militar. O CSNU pediu por um cessar-fogo e pela retirada das forças estrangeiras da RDC, o que foi acordado em julho de 1999 entre RDC, Angola, Namíbia, Ruanda, Uganda e Zimbabué (UN, 2014o). Em seguida, o Conselho de Segurança estabeleceu a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC), com o mandato de monitorar o cessar-fogo e a retirada das forças estrangeiras, além de manter contato com as partes do acordo (UNSC, 1999). O mandato seria posteriormente expandido para incluir a supervisão da implementação do acordo e algumas tarefas adicionais (UN, 2014p). Em 2006, foram realizadas eleições para escolha do presidente do país, sendo o vencedor Joseph Kabila.[63]

Em 2010, a MONUC foi renomeada Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO), a fim de refletir uma nova fase. A operação

[62] Vale assinalar que a denominação República Democrática do Congo (RDC) já havia sido utilizada anteriormente no período entre 1964 e 1971.
[63] Joseph Kabila é filho de Laurent Désiré Kabila, que havia sido assassinado em 2001.

contou com autorização para utilizar todos os meios necessários para cumprir o mandato, relativo, principalmente, à proteção de civis sob ameaça iminente de violência física, além de auxiliar o governo da RDC nos esforços de estabilização (UNSC, 2010b). Em 2013, em virtude de ondas recorrentes de conflitos no leste da RDC estarem ameaçando a região, o CSNU decidiu por estabelecer a Força da Brigada de Intervenção (FIB) especializada, subordinada ao *Force Commander* da MONUSCO (UNSC, 2013a).[64] Em 2014, o mandato foi estendido, incluindo a FIB, e renovado até março de 2015 (UNSC, 2014b).

Para analisarmos a atividade de inteligência desenvolvida na MONUSCO, cabe retomarmos, antes, a atividade de inteligência desenvolvida na missão que a antecedeu, a MONUC. Conforme Kjeksrud e Ravndal (2010), que visitaram a missão em 2010, os maiores desafios da inteligência eram a proteção de civis e o controle de grupos rebeldes. As principais estruturas de inteligência eram o JMAC, o G2 e o EWC – sendo o JMAC a capacidade de inteligência mais substancial da missão. Segundo os autores, o JMAC da MONUC, estabelecido em 2005, estava estruturado em duas cidades (Kinshasa e Goma). Tinha a função de fornecer informações integradas de médio e longo prazo sobre todos os aspectos do mandato da missão. Especificamente em relação à proteção de civis, o centro tinha as tarefas de: desenvolver um banco de dados de riscos para a proteção e incidentes; fornecer auxílio para a redução da exploração ilegal de recursos naturais em áreas prioritárias determinadas; produzir retratos estatísticos semanais de tendências sobre proteção e riscos, bem como o mapeamento de áreas de alto risco (KJEKSRUD; RAVNDAL 2010). Em relação ao G2, os autores não entram em detalhes, apenas destacam que possuía as funções tradicionais de inteligência militar. Já os EWC (*Early Warning Centres*) foram estabelecidos em 2010 em algumas províncias, a fim de funcionarem como um *hub* para constituir e alimentar uma consciência situacional nas COB (Base de Operação da Companhia). Atuavam por meio do estabelecimento de redes de comunicação, com a finalidade de aprimorar as habilidades em responder rapidamente a alertas de proteção das populações locais, otimizando as capacidades operacionais para a proteção de civis.

Há indícios de que as estruturas de inteligência da MONUC tenham sido mantidas para sua sucessora, a MONUSCO. Ramjoué (2011a) destacou que o JMAC da MONUSCO foi

---

[64] A Força da Brigada de Intervenção é composta por três batalhões de infantaria, um de artilharia e uma companhia de força e reconhecimento especial, com o objetivo de neutralizar os grupos armados.

inteiramente estabelecido, contando com um *staff* próprio, de aproximadamente 16 pessoas. Em relação à sua estrutura, está dividido em três subequipes por região geográfica – norte, sul e oeste – e por questões – recursos naturais, grupos armados, eleições etc. Na entrevista, Melanie Ramjoué, que também realizou pesquisa em 2011 com pessoal do JMAC da MONUSCO, assinala que o JMAC da missão funcionava muito bem e tinha uma boa reputação, por estar fornecendo valor adicional à missão.[65]

Em relação à coleta de informações, a MONUSCO sinalizou um avanço no sentido da incorporação de tecnologias. A missão tem utilizado radares para monitorar o espaço aéreo e as hidrovias do leste da RDC. Além disso, foi autorizada a utilização de sistemas de vigilância por meio de veículos aéreos não-tripulados (VANTs) (CHALLENGES FORUM WORKSHOP, 2013). Quanto aos VANTs, Beljan (2014) recomenda, para a MONUSCO, sua utilização combinada com a verificação dos dados coletados através de HUMINT. Em entrevista, Melanie Ramjoué assinala que o principal meio de coleta presente na missão era HUMINT (através das autoridades, da polícia e dos militares locais), mas pontua que também havia capacidade cartográfica.

Quanto aos produtos da atividade de inteligência operada na MONUSCO, Ramjoué frisou, na entrevista, a edição de avaliações semanais de ameaças e de análises específicas, relacionadas a determinadas áreas, grupos armados ou eventos específicos, como as eleições. Já em relação à disseminação de informações, Ramjoué destaca que o compartilhamento não era um problema na missão, e que as relações entre civis e militares funcionavam bem. Quanto ao fluxo, afirma que os observadores militares reportavam ao *Force Commander*, e este informava ao SRSG. Por sua vez, o JMAC reportava-se diretamente ao SRSG.

Por último, vale destacar que, em 2012, foi estabelecida pelos países membros da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGLR), fora do âmbito da ONU, uma estrutura de inteligência especializada: o *Joint Intelligence Fusion Centre* (JIFC).[66] O centro, localizado na cidade de Goma, foi criado com o objetivo de coletar, processar, analisar e verificar informações sobre grupos armados, além de produzir e disseminar inteligência, conforme

---

[65] A entrevistada Melanie Ramjoué trabalha atualmente no *Department of Political Affairs* da ONU em Nova York. É importante assinalar que a entrevista concedida por Melanie Ramjoué representa seu ponto de vista em caráter pessoal, não representando, portanto, em hipótese nenhuma, o ponto de vista da ONU sobre a atividade de inteligência em operações de paz.

[66] Os Estados membros do ICGLR são: Angola, Burundi, República Centro-Africana, RDC, República do Congo, Quênia, Ruanda, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia.

recomendado pelo Comitê de Coordenação Regional do ICGLR (ICGLR, 2014). As informações são provenientes de agências de inteligência e de segurança dos países membros ou de qualquer outra fonte. De acordo com os relatórios oficiais, a ONU tem recomendado à MONUSCO fazer uso de instrumentos regionais e colaborar com o JIFC (UNSC, 2013b).

Sendo assim, pelas evoluções verificadas na MONUC e na MONUSCO, podemos concluir que estão havendo esforços no sentido de aprimorar a atividade de inteligência, dentro dos limites existentes. Isso parece estar sendo impulsionado tanto pela robustez do mandato da missão, quanto pela consciência crescente dentro da ONU da necessidade da atividade de inteligência como ferramenta secundária para o cumprimento do mandato e para a proteção do próprio pessoal. Ainda em relação à MONUSCO, é importante assinalar as evoluções na coleta de inteligência, que, além da HUMINT, meio tradicional de coleta em operações de paz, tem feito uso de radares e sistemas de vigilância.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade de inteligência em operações de paz é importante para o funcionamento e cumprimento do mandato das mesmas, sem perder sua característica fundamental de atividade secundária e subsidiária. Conforme procuramos enfatizar ao longo do trabalho, o papel da atividade de inteligência é justamente dar suporte às decisões em todos os níveis da cadeia de comando, sendo uma ferramenta auxiliar à missão. É importante considerar a diferença entre a inteligência militar – que se refere à, no mínimo, o básico que os contingentes nacionais precisam para operar em determinada área – e a inteligência mais ampla da missão. Ao diferenciarmos a inteligência no âmbito da ONU em nível estratégico e níveis operacional e tático, buscamos identificar as falhas e os progressos da atividade no âmbito do Secretariado da ONU e em campo. Já ao diferenciarmos as etapas do ciclo da atividade de inteligência em planejamento/direção, coleta, análise de informações e disseminação, pudemos verificar, especificamente, os desenvolvimentos da atividade em cada uma das etapas nas missões contemporâneas.

As operações de paz têm como objetivo ajudar países assolados por conflitos a criar condições para uma paz duradoura, e tal tem sido o esforço da ONU, como se pôde verificar nas missões estudadas. Todavia, conforme Druckman e Diehl (2014) assinalam, a literatura sobre operações de paz foca muito mais nos fatores que influenciam o sucesso do que nos critérios para avaliar seus resultados. No presente trabalho, não pretendíamos avaliar o desempenho das operações de paz com base na atuação da atividade de inteligência. Nosso objetivo foi analisar o desenvolvimento e a institucionalização da atividade de inteligência no âmbito destas operações, enfatizando seu papel como auxiliar ao cumprimento do mandato das mesmas.

É importante sempre considerar que as operações de paz ocorrem em países que estão às margens do sistema internacional, não tendo maiores impactos no nível sistêmico internacional (MEARSHEIMER, 1995). Se, hodiernamente, há consenso de que instituições internacionais importam, ainda há grandes discrepâncias quanto ao grau de sua relevância, conforme foi enfatizado no debate teórico apresentado, entre realistas e institucionalistas neoliberais. A partir do exposto no desenvolvimento deste trabalho, podemos concluir que os Estados nem sempre estão dispostos a cooperam no âmbito da ONU e que, se é verdade que em alguns casos a cooperação gera ganhos recíprocos – como argumentam os institucionalistas neoliberais –, também é verdade que as instituições internacionais são, em grande medida, um reflexo dos

interesses dos Estados mais poderosos (vide a estrutura do CSNU) – tal como argumentam os realistas.

A abordagem de operações de paz como guerras de coalização a partir da teoria da guerra de Clausewitz (PROENÇA JÚNIOR, 2002) fornece um pano de fundo para a compreensão dos problemas relacionados a elas e, especificamente, à atividade de inteligência. Como em qualquer guerra de coalização, o compartilhamento de inteligência entre os países envolvidos é problemática. Conforme pôde ser visto, há dificuldades de se estruturar alguma capacidade de inteligência seja no âmbito do Secretariado da ONU, seja nas operações em campo.

Nos três níveis (estratégico, operacional e tático), a atividade de inteligência foi restrita de 1945 a 2000, embora alguns desenvolvimentos e elementos que levariam à mudança de abordagem da ONU possam ser assinalados, como procuramos apresentar no primeiro capítulo. No nível estratégico, até 1987, não ocorreram esforços mais concretos, devido às consequências dos constrangimentos sistêmicos da Guerra Fria impostos sobre o funcionamento da ONU e da enorme desconfiança em relação à atividade de inteligência, visto sua associação com a espionagem e outras atividades clandestinas no período. Registra-se, ainda, o medo dos países do Movimento dos Não-Alinhados de que tal atividade fosse utilizada como instrumento dos países mais poderosos.

Em 1987, porém, identificamos o primeiro esforço concreto no sentido de institucionalização da atividade de inteligência no âmbito da ONU, com a criação do ORCI. No entanto, tratou-se de uma medida isolada. Somente na década de 1990 a Organização começaria a adaptar seu Secretariado para melhor responder às mudanças em curso nas operações de paz, que, devido ao fim da Guerra Fria, passaram a desenvolver-se em ambientes mais complexos e intraestatais (MACEDA, 2007). Foram criadas estruturas mais duradouras, que permanecem até hoje: o DPKO, o SITCEN, o OCHA e o DPA.

Já nos níveis operacional e tático, procuramos destacar o caso pioneiro e de exceção da Guerra Fria, a ONUC (1960-1964). A operação na República Democrática do Congo mostrou a necessidade e o valor da atividade de inteligência, a partir do estabelecimento do MIB, com todos os cuidados que o período demandava no uso da palavra “inteligência”. A ONUC precedeu em vários aspectos as operações de paz contemporâneas. Todavia, suas lições não foram adotadas na década de 1990, quando ocorreram a UNOSOM I e II, a UNAMIR e a UNPROFOR, permanecendo como caso isolado durante a Guerra Fria. Ao passo que na UNOSOM I e II e na

UNPROFOR a atividade de inteligência foi escassa ou falha, devido a problemas relacionados ao compartilhamento e à falta de informações, na UNAMIR existiam informações, todavia, desacreditadas, em razão da carência de uma capacidade mais robusta de inteligência para verificá-las.

A UNOSOM II foi a primeira missão baseada no Capítulo VII da Carta da ONU e influenciou a mudança de abordagem da ONU para inteligência, ao mostrar o risco que a Organização corria ao não contar com uma estrutura própria para a atividade. A missão acabou dependente da inteligência fornecida pelos EUA. Já a UNAMIR influenciou a mudança de abordagem da ONU ao evidenciar que uma capacidade de inteligência mais robusta poderia ter tornado críveis os planos de genocídio, além de ter demonstrado os problemas relacionados à confiança em fontes humanas. Por último, a UNPROFOR influenciou tal mudança ao evidenciar a escassez de informações, fato fortemente e abertamente criticado pelo pessoal da missão. Portanto, de maneira geral, as operações na Somália, em Ruanda e na Bósnia deixaram a lição de que era perigoso e não profissional engajar-se em qualquer operação de paz mais complexa sem ter acesso a uma inteligência sólida. Tais missões influenciaram a nova abordagem da ONU em relação à atividade. A Organização deixou de evitar a inteligência para então passar a reconhecer sua importância e necessidade, de modo mais assertivo e aberto.

Se no primeiro capítulo verificamos o que levou à mudança de abordagem de inteligência para a ONU, no segundo verificamos o desenvolvimento e a institucionalização da atividade no início do século XXI. Primeiramente, no nível estratégico (2001-2014), tivemos vários esforços concretizados nas estruturas do Secretariado, com a criação do MPS e do Time de Avaliação (no âmbito do OMA), do RLU (no âmbito do SITCEN) e do HEWS (no âmbito do OCHA). Entretanto, é preciso considerar a limitação de tais estruturas, uma vez que ainda há certa relutância dos Estados membros da ONU em relação a uma atividade de inteligência mais robusta do Secretariado, tanto por medo de que os Estados mais poderosos utilizem-na para seu benefício, tanto por medo que a mesma fira suas soberanias nacionais.

No nível operacional e tático (2001-2014) também se registram avanços significativos no desenvolvimento e na institucionalização da atividade de inteligência, como procuramos demonstrar a partir do estabelecimento do JMAC e dos exemplos da MINUSTAH, da UNMIS e da MONUSCO. O Quadro 1 sintetiza as principais características de cada mandato, seus maiores orçamentos anuais e a quantidade de pessoal alocada, para se ter uma ideia do tamanho das

missões e, por conseguinte, do desafio relacionada à atividade de inteligência (a coleta, a análise, os produtos e a disseminação de informações).

Quadro 1 – Comparativo MINUSTAH, UNMIS e MONUSCO

	MINUSTAH	**UNMIS**	**MONUSCO**
Principais características do mandato	-Estabelecer um ambiente seguro e estável; -Auxiliar o governo de transição e a polícia nacional; -Promover os direitos humanos.	-Auxiliar a implementação do acordo de paz; -Coordenar o retorno voluntário de refugiados e deslocados internos; -Assistência humanitária; -Proteger e promover os diretos humanos; -Coordenar esforços na proteção de civis.	-Proteger civis sob ameaça iminente de violência física; -Auxiliar o governo da RDC nos esforços de estabilização.
Pico de pessoal	9.168 pessoas (presente)	10.519 (janeiro de 2011)	25.349 pessoas (presente)
Maior orçamento anual (em dólares)	500.080.500 (07/2014 – 06/2015)	998.776.000 (07/2010 – 06/2011)	1.398.475.300 (07/2014 – 06/2015)
Coleta de informações	HUMINT e IMINT	HUMINT	HUMINT, IMINT e SIGINT
Análise de informações	JMAC	JMAC	JMAC
Produtos da inteligência	- “Pacotes-alvo”; - *Briefings* semanais; - Resumos semanais; - Avaliações de ameaças; - Relatórios de situação diários e semanais; - Relatórios instantâneos e sobre assuntos urgentes.	- Relatórios diários de situação;	- Avaliações semanais de ameaças; - Análises específicas relacionadas à determinada questão;
Disseminação da inteligência	- Não há evidências suficientes para caracterizá-la.	- Não há evidências suficientes para caracterizá-la.	- Não há evidências suficientes para caracterizá-la.

Fonte: Elaboração própria, com base em UN (2014n, 2014o), Dorn (2009), Ramjoué (2011a, 2011b) e nas entrevistas realizadas.

Comparativamente, podemos verificar que a MONUSCO tem o mandato mais robusto, haja vista ser a RDC o ambiente mais complexo. Assim, não é por acaso que tem a maior quantidade de pessoal alocado e o maior orçamento anual. Quanto à atividade de inteligência, o

fato de haver mais informações preenchidas na coluna da MINUSTAH não significa, necessariamente, que atividade tenha se desenvolvido mais nela do que nas outras. Isso ocorre pelo fato de ser a missão mais amplamente documentada. Nas outras duas operações, no que tange aos produtos da inteligência, apenas temos informações parciais. Não temos evidências suficientes para afirmar que os produtos citados para a UNMIS e a MONUSCO eram somente aqueles. Além disso, no que tange à disseminação da inteligência, não logramos obter informações satisfatórias para caracterizá-la de modo mais preciso. Porém, entendemos que tais lacunas não prejudicam a corroboração da hipótese de trabalho, mas apontam para a necessidade de mais pesquisas. Quando à coleta de informações, nas três missões a predominância é de HUMINT. A grande novidade, contudo, é a utilização de SIGINT na MONUSCO. Em relação à análise de informações, nas três missões elencadas, a tarefa era responsabilidade dos JMACs.

Conclui-se que, no caso da MINUSTAH, houve significativo desenvolvimento da atividade de inteligência. Já no caso da UNMIS, há indícios de que tal desenvolvimento foi bem menor, enquanto na MONUSCO a atividade parece estar ocorrendo de modo mais assertivo.

Nessas condições, ao longo deste trabalho, pôde-se verificar o processo de desenvolvimento e a institucionalização da atividade de inteligência em operações de paz da ONU. O primeiro capítulo focou em demonstrar os fatores que levaram a mudança de abordagem da ONU para a atividade. Já o segundo procurou apresentar a mudança e o consequente desenvolvimento e institucionalização da atividade de inteligência. Por conseguinte, os capítulos apontam no sentido de corroborar a hipótese de trabalho, segundo a qual a atividade de inteligência desenvolveu-se e institucionalizou-se a partir da alteração de abordagem da ONU, no início do século XXI, em relação ao uso da inteligência nestas missões, em virtude tanto da necessidade de aumentar a segurança do pessoal em campo e incrementar o conhecimento da situação, quanto em razão das falhas ocorridas na década de 1990, causadas, em parte, pela falta de legitimidade ou deficiência das informações.

Assinalamos que as pesquisas em atividade de inteligência nas operações de paz da ONU devem ser continuadas. Para tanto, propomos a seguinte agenda: estudos de casos detalhados, individuais e comparativos, tanto de missões passadas quanto presentes; estudos de batalhões e de seus aparatos de inteligência; estudos das relações civis-militares no JMAC; estudos de comando, controle, comunicações e inteligência; estudos das relações de autoridade na atividade de inteligência; entre outras possibilidades. Enfim, há uma gama de caminhos para consolidação

de uma agenda de pesquisa robusta. Coloca-se como necessário, em todas essas alternativas, estudos de campo e/ou a realização de entrevistas e a aplicação de questionários.

Apostando na capacidade brasileira em manter o interesse e continuar contribuindo para as operações de paz da ONU, sugerimos harmonia das futuras pesquisas com os interesses brasileiros, de modo a colaborar com conhecimento acadêmico e com o pessoal diretamente envolvido nas operações de paz. Assim sendo, frisamos que, a despeito da natureza da atividade de inteligência, por suas características tradicionais, e da natureza da ONU, por ser uma organização internacional, a atividade de inteligência em operações de paz caminha, cada vez mais, rumo à institucionalização. A ONU, admitindo ou não, é cada vez mais uma parte armada no conflito (vide a FIB na RDC). Se o CSNU continuar determinando mandatos robustos, a ONU terá de aprimorar a atividade de inteligência em seu âmbito, dentro, é lógico, dos constrangimentos impostos ao desenvolvimento de tal atividade no seio de uma instituição internacional.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Robert J. Intelligence Theory and Practice in Somalia. In: PICKERT, Perry L.; SWENSON, Russel G. **Intelligence for Multilateral Decision and Action**. Washington, DC: Joint Military Intelligence College, 1997. p. 165-176.

BELJAN, Robert. Why Counterinsurgency Matters for MONUSCO. **Small Wars Journal**, [S.l.], 2014. Disponível em: <http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/why-counterinsurgency-matters-formonusco>. Acesso em: 02 nov. 2014.

BRACEY, Djuan. O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU: Os Casos do Timor Leste e Haiti. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.33, n.2, p. 315-331, 2011.

BRASIL. **Decreto No. 6.703, de 18 de dezembro de 2008**. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm>. Acesso em: 28 out. 2014.

BRIGAGÃO, Clóvis. **Paz, Segurança Internacional e a Inserção Brasileira.** 2011. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CARMENT, David; RUDNER, Martin. (Org.). **Peacekeeping Intelligence New Players, Extended Boundaries**. Abingdon, Oxon: Routledge, 2006.

CASTELLANO DA SILVA, Igor. **Guerra e Construção do Estado na Rep. Democrática do Congo:** A definição militar do conflito como pré-condição para a paz. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CASTELLANO DA SILVA, Igor. Sistema Internacional e Revoluções**:** Causas para o fracasso dos movimentos revolucionários no Congo (1963-1968). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA DA UFRGS, 3., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2010.

CEPIK, Marco. **Espionagem e Democracia**: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CEPIK, Marco. Inteligência e Políticas Públicas: dinâmicas operacionais e condições de legitimação. **Security and Defense Studies Review**, Washington-DC, v. 2, n. 2, p. 1-22, 2002.

CERVO, Luiz A.; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CHALLENGES FORUM WORKSHOP. **The art of Possible:** peace operations under new conditions. Workshop Report, Entebbe, Uganda, 2013.

CHARTERS, David. A. **OSINT for Peace Support Operations**: Perspectives from the UN Operations. Oakton, Virginia: OSS 21 PRIMER Essential Elements of Information Joint Planning, Operations Other Than War and Open Source Intelligence, 2000.

CHARTERS, David. A. Out of the Closet: Intelligence Support for Post-Modernist Peacekeeping. **The Pearson Papers**, Toronto – ON, v. 4, p.33-68, 1999.

CHESTERMAN, Simon. **Intelligence Cooperation in International Operations:** Peacekeeping, Weapons Inspections, and the Apprehension and Prosecution of War Criminals. New York: University of School of Law, 2009. (Public Law & Legal Theory Research Paper Series Working Paper, 09-34).

COLARES, Luciano da S. **As missões de paz da ONU e a questão de Timor Leste:** ponto de inflexão?. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

COLARES, Luciano da S. O Brasil e as Operações de Paz da ONU: projeção de poder pela via multilateral. In: ARTURI, Carlos S. **Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. p. 147-167.

Congo and the General. [S.l]: Al Jazeera, 6 feb. 2014. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/programmes/peopleandpower/2014/01/congo-general-2014131116336818.html>. Acesso em: 08 nov. 2014.

CORBELLINI, Mariana D. **Haiti:** Da Crise a MINUSTAH. 2009. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DORN, Walter A. Intelligence at UN headquarters? The information and research unit and the intervention in Eastern Zaire 1996. **Intelligence and National Security**, v. 20, n. 3, p. 440–465, set. 2005.

DORN, Walter A. Intelligence-led Peacekeeping: The United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), 2006–07. **Intelligence and National Security**, v. 24, n. 6, p. 805–835, dez, 2009.

DORN, Walter A. The cloak and the blue beret: Limitations on intelligence in UN peacekeeping. **International journal of intelligence and counterintelligence**, v. 12, n. 4, p. 414–447, 1999.

DORN, Walter A. United Nations Peacekeeping Intelligence. In: JOHNSON, Loch K. (Ed.). **The Oxford Handbook of National Security Intelligence**. New York: Oxford University Press, 2010, p. 275–295.

DORN, Walter; BELL, David. Intelligence and Peacekeeping: The UN Operation in the Congo, 1960-64. In: JONG, Ben de; PLATJE, Wies; STEELE, Robert D. (Org.). **Peacekeeping Intelligence: Emerging Concepts for the Future**. Oakton, Virginia: OSS International Press, 2003, p. 253–280.

DRUCKMAN, Daniel; DIEHL, Paul F. Evaluating Peace Operations: challenges and dimensions. In: SOETERS, Joseph; SHIELDS, Patricia M.; RIETJENS, Sebastiaan. **Routledge Handbook of Research Methods in Military Studies**. New York: Routledge, 2014. p.261-272.

EKPE, Bassey. The Intelligence Assets of the United Nations: Sources, Methods, and Implications. **International Journal of Intelligence and CounterIntelligence**, v.20, n.3, p. 377-400, set. 2007.

FERRIS, John. Netcentric Warfare, C4ISR and Information Operations: Towards a Revolution in Military Intelligence? **Intelligence and National Security**, v. 19, n. 2, p. 199–225, jun. 2004.

FONTOURA, Paulo R. C. T. DA. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2005.

GIFFEN, Alison C. **Considerations for a New Peacekeeping Operation in South Sudan:** preventing conflict and protecting civilians. Washington-DC: STIMSON: future of peace operation program, 2011. (Working Paper).

GILL, Peter. Theories of intelligence: where are we, where should we go and how might we proceed? In: GILL, Peter; MARRIN, Stephen; PHYTIAN, Mark. **Intelligence Theory: key questions and debates**. New York: Routledge, 2009. p. 208-226.

GORDON, Stuart. Icarus Rising and Falling: The Evolution of UN Command and Control Structures. In: GORDON, Stuart; TOASE, Francis. **Aspects of Peacekeeping**. London: Frank Cass Publishers, 2001. p. 19-41.

HERMAN, Michael. Intelligence Doctrine for International Peace Support. In: JONG, Ben de; PLATJE, Wies; STEELE, Robert D. (Org.). **Peacekeeping Intelligence: Emerging Concepts for the Future**. Oakton, Virginia: OSS International Press, 2003. p.157-170.

HUNTINGTON, Samuel P. **Political order in changing societies**. London: Yale University Press, 1968.

INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE GREAT LAKES REGION – ICGLR. **Notes on the ICGLR Joint Intelligence Fusion Centre (JIFC) in Goma**. 2014. Disponível em: <http://www.icglr.org/index.php/en/decentrilize-organes/goma-center>. Acesso em: 23 out. 2014.

JACCARD, James; JACOBY, Jacob. **Theory Construction and Model-Building Skills: A practical guide for Social Scientists**. New York: The Guildford Press, 2010.

JOHNSON, Loch K. Sketches for a theory of strategic intelligence In: GILL, Peter; MARRIN, Stephen; PHYTIAN, Mark. **Intelligence Theory: key questions and debates**. New York: Routledge, 2009. p. 33-52.

JUND, Philipp. **Intelligence in Peacekeeping Operations**. Thesis (Master of Arts in Diplomacy and Military Studies) – Hawaii Pacific University, 2009.

KENKEL, Kai. M. (Ed.). **South America and Peace Operations: Coming of Age**. Abingdon, Oxon: Routledge, 2013a.

KENKEL, Kai. M. Five generations of peace operations : from the “thin blue line” to “painting a country blue.” **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 56, n.1, p. 122–143, 2013b.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. Glenview, Illinois: Scott, Foresman and Co., 1989.

KJEKSRUD, Stian; RAVNDAL, Jacob A. **Protection of civilians in practice** – emerging lessons from the UN mission in the DR Congo. Norway: Norwegian Defence Research Establishment (FFI), 2010.

LARSSON, Pavel. **The United Nations, Intelligence and Peacekeeping: International relations at play**. Sweden: Department of Political Sciences, Lund University, 2010.

LEONEL FILHO, João B. B. **Operações de Manutenção da Paz da ONU: a eficácia do emprego dos contingentes de tropas no Timor Leste, na República Democrática do Congo e no Haiti**. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MACEDA, Steven. **Dysfunction Junction: Intelligence, Peacekeeping, and the United Nations**. Thesis (Master of Arts in Security Studies) – Naval Postgraduate School, Monterey, California, 2007.

MEARSHEIMER, John. J. The False Promise of International Institutions. **International Security**, v. 19, n. 3, p. 5–49, 1995.

MINGST, Karen A. **Essentials of International Relations**. 4. ed. New York: Norton & Company, 2008.

MOORE, Brenda L. In-depth interviewing. In: SOETERS, Joseph; SHIELDS, Patricia M.; RIETJENS, Sebastiaan. **Routledge Handbook of Research Methods in Military Studies**. New York: Routledge, 2014. p. 116-128.

NORHEIM-MARTINSEN, Martin. Brazil: an emerging peacekeeping actor. **NOREF Report**, Norwegian Peacebuilding Resource Centre, Oslo, Nov. 2012.

NORHEIM-MARTINSEN, Martin; RAVNDAL, Jacob A. Towards Intelligence-Driven Peace Operations? The Evolution of UN and EU Intelligence Structures. **International Peacekeeping**, v. 18, n. 4, p. 454–467, ago, 2011.

ONU apresenta medidas para reforçar proteção a civis no Congo. [S.l.]: Conselho de Segurança das Nações Unidas Brasil, 8 set. 2010. Disponível em: <http://www.brasil-cs-onu.com/onu-apresenta-medidas-para-reforcar-protecao-a-civis-no-congo/>. Acesso em: 06 nov. 2014.

ORR, George E. **Combat Operations C3I: fundamentals and interactions**. Air Alabama: University Press, 1983.

PHYTIAN, Mark. Intelligence theory and theories of international relations: shared worlds or separate worlds. In: GILL, Peter; MARRIN, Stephen; PHYTIAN, Mark. **Intelligence Theory: key questions and debates**. New York: Routledge, 2009. p. 54-73.

PICKERT, Perry L., SWENSON, Russel G. **Intelligence for Multilateral Decision and Action**. Washington, DC: Joint Military Intelligence College, 1997.

PROENÇA JÚNIOR, Domício. P. O enquadramento das Missões de Paz (PKO) nas teorias da guerra e de polícia. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 147-197, 2002.

RAMJOUÉ, Melanie. Improving UN Intelligence through Civil-Military Collaboration: Lessons from the Joint Mission Analysis Centres. **International Peacekeeping**, v.18, n.4, p.468-484, ago, 2011a.

RAMJOUÉ, Melanie. Improving United Nations Intelligence: Lessons from the Field. **GCSP Policy Paper**, Geneva, n.19, Geneva Centre for Security Policy, 2011b.

REZENDE, Lucas P. **O Engajamento do Brasil nas Operações de Paz da ONU: Um Estudo Comparativo.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifica Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SHETLER-JONES, Philip. Intelligence in Integrated UN Peacekeeping Missions: The Joint Mission Analysis Centre. **International Peacekeeping**, v. 15, n. 4, p. 517–527, ago, 2008.

SMITH, Hugh. Intelligence and UN Peacekeeping. **Survival**, v.36, n.3, Autumn, 1994.

SOUZA NETO, Danilo M. de. O Brasil, o Haiti e a MINUSTAH. In: KENKEL, Kai. M.; MORAES, Rodrigo. F. de (Org.). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília: IPEA, 2012. p.243-268.

STEELE, Robert D. Information Peacekeeping and the Future of Intelligence. **International Journal of Intelligence and CounterIntelligence**, v. 17, n. 2, p. 265–285, jan. 2004.

STEELE, Robert D. Peacekeeping Intelligence and Information Peacekeeping. **International Journal of Intelligence and CounterIntelligence**, v. 19, n. 3, p. 519–537, jun. 2006.

STEELE, Robert D. Virtual Intelligence: Conflict Avoidance and Resolution through Information Peacekeeping. **Journal of Conflict Studies**, v. 19, n. 1, 1999.

SVENSSON, Jan-Inge. Peacekeeping and Intelligence Experiences with UNPROFOR 1995. In: In: JONG, Ben de; PLATJE, Wies; STEELE, Robert D. (Org.). **Peacekeeping Intelligence: Emerging Concepts for the Future**. Oakton, Virginia: OSS International Press, 2003. p.41-46.

TORRES, Polyanna R. de M. **Inteligência no Processo Decisório do Conselho de Segurança das Nações Unidas**. 2014. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

UNITED NATIONS – UN. **Structure and Organization**, 2014a. Disponível em: <http://www.un.org/en/aboutun/structure/index.shtml#S>. Acesso em: 05 maio. 2014.

UNITED NATIONS – UN. **Charter of the United Nations**. São Francisco, 1945. Disponível em: <http://www.un.org/en/documents/charter/>. Acesso em: 27 maio. 2014.

UNITED NATIONS – UN. **Department of Field Support**. 2014m. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/about/dfs/>. Acesso em 08 nov. 2014.

UNITED NATIONS – UN. **Department of Peacekeeping Operations**. 2014l. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/about/dpko/>. Acesso em 08 nov. 2014.

UNITED NATIONS – UN. Department of Peacekeeping Operations. **Document POL/2006/3000/04** – DPKO Policy Directive on Joint Operations Centres and Joint Mission Analysis Centres. New York, 2006. Disponível em: <http://www.peacekeepingbestpractices.unlb.org/pbps/Library/DPKO%20Policy%20on%20JOC%20and%20JMAC%202006.pdf> Acesso em 27 jun. 2014.

UNITED NATIONS – UN. Department of Peacekeeping; Department of Field Support. **United Nations Peacekeeping**: principles and guidelines. New York, 2008. Disponível em: <http://pbpu.unlb.org/pbps/Library/Capstone_Doctrine_ENG.pdf>. Acesso em 02 nov. 2014.

UNITED NATIONS – UN. **Department of Political Affairs**. 2014g. Disponível em: <http://www.un.org/wcm/content/site/undpa/>. Acesso em: 18 ago. 2014.

UNITED NATIONS – UN. **List of Peacekeeping Operations 1948-2013**, 2014b. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/operationslist.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2014.

UNITED NATIONS – UN. **MONUC Mandate**. 2014p. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/monuc/mandate.shtml>. Acesso em: 24 out. 2014.

UNITED NATIONS – UN. **MONUSCO Background**. 2014o. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/monusco/background.shtml>. Acesso em: 23 out. 2014.

UNITED NATIONS – UN. **Office for Coordination of Humanitarian Affairs**. 2014f. Disponível em: <http://www.unocha.org/>. Acesso em: 18 ago. 2014.

UNITED NATIONS – UN. **Republico f the Congo – ONUC**: mandate. 2014h. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/onucM.htm>. Acesso em: 22 ago. 2014.

UNITED NATIONS – UN. **Rwanda – UNAMIR**: background. 2014j. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unamirS.htm>. Acesso em: 26 ago. 2014.

UNITED NATIONS – UN. **Secretariat**, 2014d. Disponível em: <http://www.un.org/en/mainbodies/secretariat/>. Acesso em: 05 maio. 2014.

UNITED NATIONS – UN. **Somalia – UNOSOM**: background. 2014i. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unosom1backgr2.html>. Acesso em: 24 ago. 2014.

UNITED NATIONS – UN. **UN Peacekeeping Fact Sheet**. 2014e. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/factsheet.shtml>. Acesso em: 25 out. 2014.

UNITED NATIONS – UN. **United Nations Peacekeeping**. 2014c. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/peacekeeping.shtml>. Acesso em 21 out. 2014.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY – UNGA. **Document A/59/565** – A more secure world: our shared responsability. New York, 2004. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/59/565>. Acesso em: 02 nov. 2014.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY – UNGA**. Document A/61/858** – Comprehensive report on strengthening the capacity of the United Nations to manage and sustain peace operations. New York, 2007. Disponível em: <http://www.centerforunreform.org/sites/default/files/A.61.858.pdf>. Acesso em: 06 out. 2014.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY; UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNGA; UNSC. **Document A/55/305–S/2000/809** – Report of the Panel on United Nations Peace

Operations. New York, 2000. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/55/305>. Acesso em: 02 nov. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/2011/239** – Report of the Secretary-General on the Sudan. New York, 2011a. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2011/239>. Acesso em: 02 nov. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/2013/773** – Report of the Secretary-General on the implementation of the Peace, Security and Cooperation Framework for the Democratic Republic of the Congo and the Region. New York, 2013b. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_2013_773.pdf>. Acesso em 02 nov. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/4741** – Resolution of 21 Febuary 1961. New York, 1961. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/171/68/IMG/NR017168.pdf?OpenElement>. Acesso em: 22 ago. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/1279** – Resolution 1279 (1999). New York, 1999. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1279(1999)>. Acesso em: 23 out. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/143 –** The Congo Question. New York, 1960. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/143(1960)>. Acesso em: 22 ago. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/1542** – Resolution 1542 (2004). New York, 2004. Disponível em: <http://www.minustah.org/pdfs/res/1542_en.pdf>. Acesso em: 14 out. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/1590** – Resolution 1590 (2005). New York, 2005. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1590(2005)>. Acesso em: 20 out. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/1908** – Resolution 1908 (2010). New York, 2010a. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1908%282010%29>. Acesso em: 19 out. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/1925** – Resolution 1925 (2010). New York, 2010b. Disponível em:

<http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1925(2010)>. Acesso em: 23 out. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/1996** – Resolution 2180 (2011). New York, 2011b. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1996(2011)>. Acesso em: 20 out. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/2098** – Resolution 2098 (2013). New York, 2013a. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2098(2013)>. Acesso em: 23 out. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/2147** – Resolution 2147 (2014). New York, 2014b. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2147(2014)>. Acesso em: 23 out. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/2180** – Resolution 2180 (2014). New York, 2014a. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2180(2014)>. Acesso em: 19 out. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/733** – Resolution 733 (1992) of 23 January 1992. New York, 1992a. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/733(1992)>. Acesso em: 24 ago. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/743** – Resolution 743 (1992). New York, 1992e. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/743(1992)>. Acesso em 26 ago. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/751** – Resolution 751 (1992) of 24 April 1992. New York, 1992b. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/751(1992)>. Acesso em: 24 ago. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/758** – Resolution 758 (1992). New York, 1992i. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/758(1992)>. Acesso em 26 ago. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/762** – Resolution 762 (1992). New York, 1992f. Disponível em:

<http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/762(1992)>. Acesso em 26 ago. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/769** – Resolution 769 (1992). New York, 1992g. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/769(1992)>. Acesso em 26 ago. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/775** – Resolution 775 (1992). New York, 1992c. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/775(1992)>. Acesso em: 24 ago. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/776** – Resolution 776 (1992). New York, 1992j. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/776(1992)>. Acesso em 26 ago. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/779** – Resolution 779 (1992). New York, 1992h. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/779(1992)>. Acesso em 26 ago. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/794** – Resolution 794 (1992). New York, 1992d. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/794(1992)>. Acesso em: 24 ago. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/814** – Resolution 814 (1993). New York, 1993a. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/814(1993)>. Acesso em: 24 ago. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/819** – Resolution 819 (1993). New York, 1993d. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/819(1993)>. Acesso em: 26 ago. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/846** – Resolution 846 (1993). New York, 1993b. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/846(1993)>. Acesso em: 26 ago. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/872** – Resolution 872 (1993). New York, 1993c. Disponível em:

<http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/872(1993)>. Acesso em: 26 ago. 2014.

UNITED STATES - US. Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms. **JP 1-02.** Washington-DC, 2014.

UNTED NATIONS – UN. **United Nations Protection Force**: profile. 2014k. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unprof_p.htm>. Acesso em: 26 ago. 2014.

UNTED NATIONS – UN. **UNMIS Background**. 2014n. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unmis/background.shtml>. Acesso em: 20 out. 2014.

VALIMAKI, Pasi. Bridging the Gap: Intelligence and Peace Support Operations, In: JONG, Ben de; PLATJE, Wies; STEELE, Robert D. (Org.). **Peacekeeping Intelligence: Emerging Concepts for the Future**. Oakton, Virginia: OSS International Press, 2003. p.47-58.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 2, julho/dezembro 2007, p.273-335.

WALTZ, Kenneth N. Structural Realism after the Cold War. **International Security**, v. 25, n.1, p. 5-41, 2000.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. London: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

XAVIER, Nathaly. S. Inteligências e Operações de Paz da ONU no pós-Guerra Fria. In: CEPIK, Marco (Org.). **Inteligência Governamental: Contextos Nacionais e Desafios Contemporâneos**. Niterói: Impetus, 2011. p. 149–167.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Questões
1. Como o Sr./Sra. descreveria o papel da atividade de inteligência em uma missão de paz?
2. Como o Sr./Sra. explicaria a maneira pela qual ocorre o fluxo de informações através da cadeia de comando nas missões de paz?
3. Como o Sr./Sra. avalia a interação entre o pessoal de inteligência/informações de uma missão e as suas respectivas forças armadas nacionais?
4. Para o Sr./Sra., qual é a importância das relações com outros atores (outros organismos da ONU, órgãos de governo do país onde ocorre a missão, ONGs etc) para o processo de coleta de dados/informações?
5. Na sua opinião, o que deveria melhorar na atividade de inteligência em missões de paz?

APÊNDICE B – LISTA DE ENTREVISTADOS

Data	Entrevistado
02/06/2014	**Eduardo Xavier Ferreira Migon** Tenente Coronel do Exército Brasileiro Chefe do Departamento de Pesquisa e Pós-graduação Instituto Meira Mattos (IMM)/ Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) **Daniel Guimarães Fernandes** Major do Exército Brasileiro Observador militar na ONOCI entre 2008 e 2009
03/06/2014	**Mario Eduardo Moura Sassone** Tenente Coronel do Exército Brasileiro Observador militar na UNMIS entre 2006 e 2007 **Andrei Clauhs** Tenente-Coronel do Exército Brasileiro Líder do *Team Site* em Bor na UNMIS entre 2008 e 2009 **Clynson Silva de Oliveira** Tenente-Coronel do Exército Brasileiro Oficial de assuntos civis na MINUSTAH em 2007 **Sylvio de Souza Ferreira** Major do Exército Brasileiro Observador militar na MINURSO entre 2008 e 2009 **Kai Michael Kenkel** Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) Especialistas em operações de paz
09/10/2014	**Luciano da Silva Colares** Tenente Coronel do Exército Brasileiro Comandante da Companhia de Polícia do Exército Brasileiro na UNTAET/UNMISET em 2002
06/06/2014	**Augusto Heleno Ribeiro Pereira** General do Exército Brasileiro *Force Commander* da MINUSTAH entre 2004 e 2005 (Entrevista concedida por escrito, via e-mail)
06/06/2014	**Airton José de Oliveira Soares** Major do Exército Brasileiro Oficial militar da MINUSTAH no BRABAT 18 em 2013

	(Entrevista concedida por escrito, via e-mail)
05/11/2014	**Melanie Ramjoué** Trabalha no *Department of Political Affair*s (DPA) da ONU em Nova York Oficial de assuntos políticos na MONUC entre 2006 e 2008 (Entrevista concedida via *Skype*)